

# Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 20

O GLOBO - RJ - PAÍS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Flávio vende loja de chocolates suspeita de servir para lavagem.....3

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grandes desafios exigem serenidade e determinação - EVERARDO MACIEL..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento limita planos de gastos do Centrão..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

PF vai investigar megavazamento de dados.....8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes já admite recriação de auxílio..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

PEC emergencial já morreu - ADRIANA FERNANDES.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Nas comissões, Lira prepara jogo pesado na Câmara (3)..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Afagos e promessas na volta do Congresso.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Privatização e reformas entre as prioridades..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lista extensa provoca dúvidas.....17

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Realismo para aprovar as reformas (2).....19

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto pede pressa em leis de armas e licença para militar matar.....21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras.....22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo aposta em pautas "fáceis" no Congresso..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para mercado, lista é bom sinal, mas não elimina cautela.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não teremos auxílio no formato que foi entregue" ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"2021 vai ser um ano mais difícil que 2020 politicamente", diz Garman ..... 30

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sonegação no álcool em gel ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Programa que renegocia dívida tributária pode voltar ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020 ..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Força-tarefa de Curitiba é dissolvida ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pesquisadores do Ipea defendem o retomo do auxílio ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo apresenta 35 propostas prioritárias ..... 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Bolsonaro prioriza ameaça aos povos indígenas com projeto que libera mineração ..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Capitais dão incentivo no pagamento do IPTU para reforçar o caixa ..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Urgência de reformas, benefício e limitação do teto de gasto - PALAVRA DO GESTOR ..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
POLÍTICA

Indicação de Kicis para chefia da CCJ abre crise na Câmara ..... 52

O GLOBO - RJ - PAÍS  
POLÍTICA

Bolsonaro cobra fatura por apoio a Lira e Pacheco ..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Bolsonaro quer um deputado e um senador como ministros ..... 56

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
POLÍTICA

Após distribuir emendas e cargos, Bolsonaro cobra fatura ao Congresso. Entenda a estratégia ..... 57

# Flávio vende loja de chocolates suspeita de servir para lavagem

**JOÃO PAULO SACONI**

Localizada em um shopping da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio, a franquia da loja de chocolates Kopenhagen pertencente a Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) foi vendida para um grupo de empresários e não está mais sob o comando do senador. A informação foi adiantada ontem pelo colunista Ancelmo Gois. O negócio, operado desde 2015 e registrado oficialmente como Bolsotini Chocolates e Café Ltda, é uma peça central na investigação sobre lavagem de dinheiro do caso das "rachadinhas" no antigo gabinete do filho do presidente Jair Bolsonaro na Assembléia Legislativa do Rio (Alerj).

Em denúncia entregue ao Tribunal de Justiça (TJ) do Rio em novembro do ano passado, o Ministério Público (MP) do Rio verificou que a loja recebeu R\$ 1,6 milhão em espécie, um indício de eventuais "recursos ilícitos inseridos artificialmente no patrimônio da empresa". A suspeita é que os valores sejam provenientes da devolução dos salários de funcionários de Flávio na Alerj. A investigação foi desmembrada para apurar fatos relativos ao estabelecimento e segue em curso na promotoria.

A venda da loja foi confirmada, em nota, pela administração do Via Parque Shopping. Durante a transição, o local está fechado por tapumes. "A loja da Kopenhagen, situada no primeiro piso do shopping, está atualmente sob a gestão da própria marca, pertencente ao Grupo CRM. A empresa Bolsotini não é mais responsável pela gestão da loja".

O Grupo CRM, ao qual o texto se refere, é dono das marcas Kopenhagen, Brasil Cacau e Kop Koffee. A primeira delas, que havia sido franqueada por Flávio, está no Brasil há 90 anos.

Flávio é sócio do empresário Alexandre Santini na Bolsotini, cujo registro junto à **Receita Federal** segue ativo. Endereços ligados ao senador e a Santini, incluindo a própria loja, foram alvos de busca e apreensão em dezembro de 2019.

No ano passado, o empresário Cristiano Corrêa Souza, que vendeu o negócio ao político, afirmou ao MP que, sob a gestão da Bolsotini, a franquia fraudava notas fiscais e vendia itens por preços inferiores aos

registrados oficialmente. Dono de uma loja Kopenhagen em outro shopping, Silva denunciou o caso à matriz da marca e relatou aos promotores ter sido ameaçado por Santini em seguida.

Procurada, a defesa de Flávio Bolsonaro não se manifestou sobre a mudança no comando da loja Kopenhagen no Shopping Via Parque.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Grandes desafios exigem serenidade e determinação - EVERARDO MACIEL

**EVERARDO MACIEL**

A crise da covid-19, em suas dimensões sanitária, econômica e social, está longe de ser debelada.

A vacinação está só começando, no Brasil e no resto do mundo. Esse quadro demanda atenção especial a urgentes questões fiscais. Aqui, é preciso, de imediato, aprovar o Orçamento e a PEC Emergencial, dimensionar os recursos necessários para atender os vulneráveis e conceber um conjunto de medidas capazes de socorrer empresas e criar condições para a retomada da atividade econômica.

Uma fonte de recursos, não a única, para financiar projetos emergenciais consiste em implementar transações para resolver grandes controvérsias tributárias, como o planejamento tributário abusivo, a dedutibilidade do ágio, a interposição fraudulenta de pessoas nas operações de comércio exterior, etc.

Esse modelo já se mostrou eficaz em outras crises, a exemplo das transações efetivadas por meio da Lei n.º 9.779, de 1999, e da MP n.º 2.222, de 2001. É certo que a crise de hoje é muito maior do que aquelas, mas, em contrapartida, as controvérsias têm um potencial arrecadatório desproporcionalmente maior.

As transações poderiam contribuir para reduzir o excessivo volume de litígios tributários, em proveito do Fisco e do contribuinte. Melhor ainda se o Fisco acolhesse a interpretação dada pelo STJ ao conceito de insumos na sistemática não cumulativa do PIS/Cofins.

Ainda no campo tributário, podem ser elaborados projetos para reparar a mora legislativa em relação a matérias previstas na Constituição de 1988 e que, até hoje, aguardam disciplinamento, a exemplo das leis complementares relativas à resolução dos conflitos tributários federativos, à incidência do ITCMD nos casos de domicílio no exterior e à concessão e revogação dos benefícios fiscais do ICMS. Além disso, deveria ser regulamentada, em convênio interestadual, a incidência do ICMS sobre combustíveis e lubrificantes, como previsto na Constituição.

Numa perspectiva não emergencial, o Estado deveria investir na elaboração de um projeto de **reforma tributária**, amplo e realista, envolvendo o processo

tributário, a desburocratização, os problemas específicos dos **tributos** e o federalismo fiscal. Em harmonia com o contexto constitucional, o projeto deveria respeitar as competências federativas e viabilizar o princípio da capacidade contributiva, além de minimizar impactos setoriais e federativos.

Há muito a ser feito, como, aliás, em todo o mundo. As autoridades da União Europeia (UE) estimam que, em sua jurisdição, as fraudes do IVA alcançarão, em 2020, o expressivo volume de  $\approx$  164 bilhões. Pierre Moscovici, comissário para assuntos fiscais da UE, proclama a necessidade de ampla reformulação do IVA, porque vulnerável a fraudes, burocrático e com 28 regimes distintos na desenvolvida Europa.

Neste artigo, exploro sucintamente questões concernentes ao processo tributário.

Há vários diagnósticos que evidenciam o desarrazoado tamanho dos litígios tributários no Brasil. Conforme estudo patrocinado pelo Etco, os litígios tributários federais alcançavam, no fim de 2018, o impressionante volume de R\$ 3,44 trilhões. Para atualizar e refinar esses dados, o Conselho Nacional de Justiça, o BID e a **Receita Federal** acabam de celebrar auspicioso convênio.

Uma das causas desse desarranjo, como já apontado por eminentes juristas, é a inexistência de integração entre os processos administrativo e judicial, cuja solução demanda emenda constitucional.

A integração deveria vir acompanhada da previsão constitucional para edição de normas gerais para o processo tributário, que explica a grande heterogeneidade ou a ausência de regras processuais nos entes federativos.

Por fim, seria recomendável rever a Lei n.º 9.868, de 1999, para admitir, como hipótese de ajuizamento da ação declaratória de constitucionalidade, a existência de decisão judicial com relevante repercussão fiscal, o que tornaria possível encurtar a longa tramitação entre decisões de primeira instância e o desfecho da causa no STF, em desfavor da indústria de teses.

- CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO- RIO DA **RECEITA FEDERAL** (1995-2002)



**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Orçamento limita planos de gastos do Centrão



Negociação. Observado por Pacheco, Bolsonaro cumprimenta Lira durante a cerimônia de abertura do ano legislativo

**Adriana Fernandes**

Alçada ao topo da lista de prioridades na pauta do Congresso, a votação do projeto de Orçamento deste ano será o primeiro teste de fogo para o discurso de responsabilidade fiscal adotado pelas lideranças do Centrão durante a campanha para as presidências da Câmara e do Senado.

Os partidos do Centrão sempre estiveram alinhados à pressão por aumento do gasto público e a dúvida agora de especialistas é se o compromisso com o ajuste fiscal será para valer.

Numa lista de 35 projetos prioritários, entregue aos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM- MG), o governo pediu a aprovação do Orçamento até março. O governo tem pressa para aprovar a lei orçamentária para não ter problemas com o pagamento de despesas atreladas à edição de um crédito especial que depende do Orçamento aprovado.

Segundo apurou o Estadão, o encaminhamento do Orçamento e de outros projetos da área econômica foi discutido durante almoço dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) com os líderes do governo no Congresso.

Além de buscar uma saída para a concessão do auxílio emergencial - uma demanda dos novos presidentes -, o governo terá de atender compromissos assumidos durante a campanha e existe agora pressão de aliados por espaço no Orçamento para destinar recursos para laboratórios brasileiros produzirem os insumos para as vacinas -

um item que passou a ser estratégico na pandemia da covid-19 para o País diminuir a sua dependência do produto importado.

"Vejo a votação como o primeiro teste do Centrão. Mas não o principal", diz Gabriel Leal de Barros, sócio e economista- chefe da RPS Capital, gestora de recursos de terceiros.

Leal, que já integrou a equipe da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, diz que a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) robusta com medidas de corte de despesas e com "potência fiscal" será ponto central. Ele diz que um cenário otimista é a concessão do auxílio emergencial dentro do teto de gastos. Para o economista, não faz mais sentido separar essas medidas em três PECs, como está em tramitação no Senado, e o mais provável será a união delas em um único texto.

Na sua avaliação, o mais importante é que o Orçamento seja aprovado sem "surpresas" de aumento de gastos para "encaixar" um novo programa social de transferência de renda. Leal considera que a discussão desse programa e a abertura de espaço do lado das despesas deva ocorrer num segundo momento, após a aprovação do Orçamento.

O consultor da comissão de Orçamento da Câmara, Ricardo Volpe - que já está debruçado sobre os números do fechamento do balanço das contas do governo no ano passado -, antecipa que as previsões de gastos com o pagamento de benefícios da **Previdência Social**, prevista no projeto da lei orçamentária encaminhado no ano passado, serão revistas, abrindo espaço para acomodar os gastos maiores com o impacto do salário mínimo mais alto por conta da **inflação**.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

---

● **‘Primeiro teste’**

“Vejo a votação (*do projeto de Orçamento deste ano*) como o primeiro teste do Centrão. Mas não o principal.”

**Gabriel Leal de Barros**

SÓCIO E ECONOMISTA-CHEFE

DA RPS CAPITAL

.....

# PF vai investigar megavazamento de dados

**AGUIRRE TALENTO - BRASILIA**

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar o megavazamento de dados pessoais de aproximadamente 223 milhões de brasileiros, que passaram a circular na internet entre grupos de hackers. Feita por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a investigação tem como objetivo descobrir detalhes de como ocorreu o vazamento e também sobre a venda indevida desses dados.

O inquérito foi aberto com base na Lei Geral de Proteção de Dados.

Além dessa investigação mais abrangente, o ministro Alexandre de Moraes quer que a Polícia Federal investigue o vazamento específico de dados pessoais dos ministros da Corte, dentro do inquérito das fakenews.

**BLOQUEIO DAS PUBLICAÇÕES** Em seu despacho, Moraes determinou que a Polícia Federal localize os criadores das páginas usadas para vazamento de dados e adote medidas para bloquear essas publicações.

As investigações correrão sob sigilo.

Pacotes de dados com informações pessoais de mais de 223 milhões de brasileiros (incluindo pessoas já falecidas) apareceram em fóruns usados por criminosos digitais. Os dados estão separados por número de CPF e também vêm acompanhados de informações de veículos cadastrados no Brasil.

São dois vazamentos separados. Um deles, que contém os dados dos veículos e informações limitadas de cada número do CPF, está em livre circulação na internet e disponível para download - basta conhecer um link ativo.

O outro vazamento, muito mais abrangente, tem distribuição mais limitada. Esse pacote inclui dados de escolaridade, renda e score de crédito (que indica se uma pessoa é boa pagadora), além de informações, por exemplo, sobre benefícios do **INSS** e de programas sociais, como o Bolsa Família, recebidos pelo contribuinte. (Com G1)

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

# Guedes já admite recriação de auxílio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já admite, nos bastidores, a possibilidade de retomada do auxílio emergencial, que chegou ao fim em 31 de dezembro de 2020. Para criar o socorro aos mais vulneráveis à crise provocada pela covid-19, aponta como fundamentais a redução de incentivos fiscais e a aprovação de reformas. Como prometido na campanha, os novos presidentes da Câmara e do Senado anunciaram "alternativas" com o compromisso de manter o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela **inflação** - e avançar com as reformas estruturais, mostrando alinhamento com a avaliação da equipe econômica, de que, se o recrudescimento da pandemia tornar a renovação do auxílio inevitável, é preciso que o benefício venha com contrapartidas fiscais.

A mensagem conjunta de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), novos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, diz que o Congresso Nacional vai trabalhar de forma "conjunta, harmônica e colaborativa" para ajudar os brasileiros durante a pandemia. Pacheco também já disse que vai conversar com a equipe econômica para tentar encontrar fonte de financiamento. A reunião, contudo, ainda não tem data marcada. Por isso, parlamentares interessados na renovação do auxílio apontaram alternativas para a medida.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), por exemplo, apresentou projeto de lei que propõe o pagamento do auxílio, no valor de R\$ 600, por mais quatro meses. Ele calcula que o benefício pode ser bancado pela redução em 30% das renúncias fiscais da União e pela tributação de aplicações em Fundos de Investimento Fechados. "A partir deste mês, temos 68 milhões de brasileiros desamparados. Estamos com uma média de mais de mil mortes diárias há vários dias e teremos um agravamento das crises sanitária e econômica se não tiver nenhum tipo de socorro para eles", justificou.

Especialistas concordam com a importância de amparar a população carente com algum projeto de distribuição de renda. No entanto, segundo a consultora econômica Zeina Latif, o projeto de Randolphe Rodrigues, sobre os fundos de investimento, "tem uma certa confusão". "Não é um recurso que se pode gastar imediatamente. Nesses fundos, o que pode ser feito é apenas suprir a necessidade de emitir dívida pública, porque se abate da dívida. Não é fonte de financiamento para políticas públicas. Então, tem uma confusão aqui", alertou. O

auxílio emergencial, da forma como é concebido e como seria renovado, segundo ela, a princípio, poderia ser feito e seria com crédito extraordinário, ou seja, fora do teto dos gastos.

Caso a caso "O que o senador fala em reduzir em 30% os benefícios tributários, infelizmente, depende de cálculo, é mais complexo. Não basta aprovar lá no Congresso, e reduzir horizontalmente 30%. Não é assim. É preciso ver caso a caso. E muitas vezes são medidas difíceis de avançar", explicou. "A PEC Emergencial é que já deveria ter sido aprovada, para se conseguir reduzir o peso da folha de pagamento e aí fazer compensações", destacou Zeina Latif.

Ana Carla Abrão, especialista em risco e políticas públicas da Oliver Wyman do Brasil, concorda que a necessidade do auxílio é real, tendo em vista o recrudescimento da pandemia e a situação trágica de boa parte da população do país, sem condições de gerar renda para o sustento em meio ao desemprego elevado no país. "O que vai ser necessário discutir é, primeiro, o tamanho do auxílio. Necessariamente, terá que ser menor e mais focalizado. Um dos grandes problemas na execução, originalmente, foi o fato dos que embolsaram e não precisavam, inclusive **servidores públicos** com estabilidade", afirmou. Segundo ela, é preciso buscar "espaço fiscal para a medida". "Escolhas que precisam ser feitas. Reduzir onde tem espaço, por exemplo, em incentivos fiscais, despesas com pessoal e na área da Defesa. São essas as prioridades hoje, ou atender a população que está morrendo de fome? É essa a pergunta que precisamos fazer. E, se respondermos de forma correta, encontraremos uma série de espaços no Orçamento para financiar o que de fato é prioritário no momento, que é socorrer essas pessoas", acrescentou.

Ao contrário, o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas abertas, apontou que "o Orçamento - ainda mais quando já está prestes a atingir o teto de gastos - é um cobertor curto". Ele destacou que o total de subsídios previstos para 2021, considerando os gastos tributários e os benefícios financeiros e creditícios, é de R\$ 363,8 bilhões. Nos gastos tributários, R\$ 307,9 bilhões incluem as maiores despesas: Simples (R\$ 74,3 bilhões), Imposto de Renda (IRPF, R\$ 33,5 bilhões), agricultura e agroindústria (R\$ 32,7 bilhões) e entidades sem fins lucrativos, imunes e isentas (R\$ 29,3 bilhões). Além desses, há subsídios para Zona Franca de Manaus, medicamentos, produtos farmacêuticos e

equipamentos médicos, benefícios ao trabalhador, Desenvolvimento Regional, entre outros. Dessa forma, matematicamente, uma redução nos gastos tributários de 30% geraria R\$ 120 bilhões.

"A questão é onde politicamente será viável o corte. Quais setores concordarão com a redução dos subsídios?", questionou Castello Branco. Ele ressaltou, também, que o custo mensal do auxílio emergencial no valor de R\$ 300 era de, aproximadamente, R\$ 25 bilhões nos últimos meses de 2020. Logo, um auxílio de R\$ 600 custará R\$ 50 bilhões por mês. "Tal como no ano passado, empresários, estados e municípios também desejam manter as concessões que foram feitas durante a calamidade. É um cobertor curto", reforçou. (VB e MB)



# PEC emergencial já morreu - ADRIANA FERNANDES

## ADRIANA FERNANDES

Por interesse político-eleitoral, criou-se a falsa ideia de que seria possível prorrogar o auxílio emergencial com responsabilidade fiscal e dentro do teto de gastos.

Essa possibilidade nunca existiu de verdade e a realidade virá à tona nas discussões de Orçamento de 2021 que começam de fato na próxima semana.

Com o fim das eleições, a história já é outra. O primeiro passo foi dado: o anúncio da decisão de conceder o auxílio no manifesto assinado pelos novos presidentes Rodrigo Pacheco (Senado) e Arthur Lira (Câmara) e entregue ao presidente Jair Bolsonaro. O documento chegou carimbando no Palácio do Planalto.

Com o auxílio chegando pelas mãos do Congresso, ninguém poderá dizer que o presidente quis ser populista. De quebra, Bolsonaro ganha depois os bônus pela concessão do benefício da população. A mesma estratégia já foi usada outras vezes com sucesso.

A urgência da pandemia não permite esperar a discussão difícil de corte de gastos que demora tempo. Também há a pressão para a acomodação de novas demandas políticas, acertadas durante a campanha eleitoral. Sem falar na necessidade mais do que evidente de ampliação de gastos para a área de saúde com a segunda onda da pandemia (ninguém está falando disso agora, mas esse tema vai aparecer) e os pedidos de recursos que surgem para a produção de novas vacinas no Brasil.

Nesse momento de retomada das discussões da lista de prioridades de projetos no Congresso, o ponto mais importante que precisa ser levado em consideração é que a PEC emergencial, que muitos depositam esperança quase salvadora ou fingem fazê-lo, perdeu o seu tempo. Ficou no passado.

A função da PEC emergencial de garantir abertura fiscal para acomodar espaço no Orçamento deste ano, de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, para um programa social praticamente não existe mais.

Em primeiro lugar, porque a essa altura qualquer medida de desindexação (que implicava congelamento

da correção de benefícios como aposentadorias) de despesas do Orçamento para 2021 já não servem mais. O salário mínimo já está dado.

Em segundo lugar, porque os efeitos, por exemplo, da aprovação de gatilhos como corte de jornada e de salários dos servidores, na melhor hipótese, precisam ser regulamentados. Um processo que pode demorar meses e cuja economia diminui à medida que o tempo passa. O mesmo vale para as mudanças nas regras do abono salarial, que se aprovadas a contragosto do discurso do presidente, só terão efeitos em 2022.

Por último, ganhos com corte de despesas de pessoal já estão na conta do Orçamento depois que a lei de socorro aos Estados e municípios foi aprovada com congelamento de salários dos **servidores públicos** até o final deste ano.

A emergência da PEC emergencial, portanto, perdeu sua função imediata: solucionar um problema de curto prazo.

Mesmo que a proposta incluía corte de renúncias e isenções fiscais (algo ainda difícil de acontecer em 2021).

Olha a dificuldade que tem sido para o presidente Bolsonaro reduzir o PIS/Cofins do diesel e minimizar o risco de greve! Para reduzir o tributo, a solução dada foi a compensação com medidas que aumentam a arrecadação com corte de benefícios fiscais. O presidente não aceitou até agora.

A compensação é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal que deixa sempre Bolsonaro desgostoso com Guedes a ponto de ter acenado, no sábado, com a possibilidade dessa regra ser alterada na discussão da **reforma tributária**. Se levada a cabo, a sua retirada será o maior golpe feito até agora contra a LRF em seus quase 21 anos.

Se quiser avançar de verdade na agenda econômica, o governo e seus aliados políticos precisam mudar o disco arranhado da repetição em coro sobre a necessidade da PEC emergencial.

É melhor não perder tempo com isso. Vide o fracasso do primeiro relatório da PEC emergencial do senador Márcio Bittar.

Guedes, mesmo que não fale publicamente, já percebeu isso e tenta recolocar uma PEC maior e mais reforçada em torno do Plano Mais Brasil, pensado em 2019 e que depois foi dividido em três PECs para atender aos interesses políticos de dar mais protagonismo ao Senado de Davi Alcolumbre depois da aprovação da reforma da Previdência.

Mas essa é uma PEC muito difícil e impopular para aprovar, com efeitos para o futuro, além de 2022. O custo político de tentar agora será alto. Muitos acham melhor apostar as fichas numa reforma administrativa mais forte. A **reforma tributária**, por enquanto, é um sonho de uma noite de verão. O risco de não ter ajuste é grande. Ela deve ficar para o próximo mandato.

Tudo isso com o Centrão com fama de "gastador" no comando total e a pauta de costume mais viva do que nunca concorrendo com a agenda econômica. Por ora, a coisa mais responsável a fazer é correr para aprovar o auxílio. Depois, escolher os alvos certos do que apostar. Entregar uma carta de intenções de projetos prioritários ao Congresso não basta.

- É REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Nas comissões, Lira prepara jogo pesado na Câmara (3)

Tanto o governo quanto os dois novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) apresentaram projetos que consideram mais importantes para o trabalho no ano legislativo. Da parte do presidente Jair Bolsonaro veio sua agenda de costumes reacionária. As prioridades econômicas, boas e ruins, são todas conhecidas. A relação é extensa (são 26), e inclui na prática tudo que já foi enviado ao Congresso. É como se o calendário do Legislativo voltasse ao início de 2020.

Bolsonaro, Lira e Pacheco, que se encontraram ontem, apresentaram uma declaração de boas intenções, contemplando os principais pontos da agenda liberal do ministro Paulo Guedes. Em declaração dos presidentes da Câmara e Senado, porém, constou a necessidade de um auxílio emergencial, refutada por Guedes, cujo formato e montantes não se conhece. Lira se comprometeu a apressar a tramitação das reformas administrativa e tributária.

Essas reformas são fundamentais, mas não avançaram no Congresso porque o presidente da República as desdenha. As mudanças administrativas jogam a possibilidade de tornar o Estado moderno e mais eficiente para a próxima geração. Por exigência de Bolsonaro, nada do que for aprovado deverá valer para os atuais **servidores públicos**. Não será o Centrão que mudará isso.

A **reforma tributária** tem sido retardada pelo ministro Paulo Guedes, cuja proposta se resumiu a uma contribuição sobre bens e serviços, unindo PIS e Cofins. O ministro prometeu há um ano "para a próxima semana" as demais propostas, que nunca apareceram. Guedes não desistiu de implantar sua CPMF remozada e é possível que volte à carga em breve, na esperança que a nova direção do Congresso seja receptiva a ela.

As três PECs enviadas simultaneamente ao Congresso no início de 2020 envelhecem na lista de prioridades, que não existe. A PEC emergencial é a mais urgente, mas continua competindo com as outras duas, a do Pacto Federativo e a dos Fundos. No fim do ano o relator, com aval do governo, tentou fazer um "juntão" das três, retirando sua potência.

Com a crise fiscal e o aumento da pressão por gastos com novo auxílio, é possível que de alguma forma prosperem no Congresso.

Projetos votados por uma ou outra das Casas também têm chance de vingar, como o da autonomia do Banco Central, a do novo mercado de câmbio, o marco regulatório das start ups e a nova lei do gás. O Centrão não gosta de privatizações, apesar de o governo insistir na venda da Eletrobras. Polêmica, a mudança no regime de partilha da Petrobras encontrará resistências.

Elogiados pela bancada ruralista, alentada pelo novo comando do Congresso, os projetos de regularização fundiária (o original legalizava o vale-tudo da grilagem), o das novas regras para o licenciamento ambiental e, em especial, a autorização para mineração nas terras indígenas, estão na pauta. Com o mundo de olho no desastre ambiental na Amazônia e Pantanal, e a política destrutiva do atual governo, é provável que o Congresso não os vote.

A agenda de "costumes" do presidente, por outro lado, tem avenida aberta para avançar, diante do redesenho do poder na Câmara. As escolhas cruciais foram as da ultrabolsonarista Bia Kicis (PSL-DF) para a mais importante comissão da Casa, a da Constituição e Justiça, e a não menos relevante Comissão Mista de Orçamento, para a deputada Flávia Arruda (PL-DF), esposa do ex-governador do DF, José Roberto Arruda, preso por corrupção.

Bolsonaro mantém sua fixação em armamentos. Há projetos que facilitam seu registro, posse e utilização e outro que faculta a todos os militares e policiais, dos rodoviários aos civis, a aquisição de até 10 armas-um prato feito para milícias-, além do "excludente de ilicitude" para ações de militares nas operações de garantias da lei e da ordem.

Bia Kicis, que decidirá sobre admissibilidade e tramitação de qualquer projeto importante, como pedidos de impeachment e criação de CPIs, é favorável a todos eles. Ela é investigada em inquérito do STF sobre fake news, fez propaganda contra máscaras e distanciamento social, pregou o uso de cloroquina, e esposa todo o bestiário bolsonarista. Há grande oposição a essa agenda, mas é inegável que o Congresso gastará tempo e energia preciosos na

discussão de assuntos que passam muito longe dos grandes problemas nacionais.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)**

# Afagos e promessas na volta do Congresso

» **AUGUSTO FERNANDES» JORGE VASCONCELLOS**

Pela primeira vez, desde que assumiu o Palácio do Planalto, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro compareceu à cerimônia de abertura dos trabalhos do Congresso. Dias depois de conseguir colocar dois aliados à frente das presidências da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o mandatário foi ao Parlamento, ontem, com o objetivo de apresentar as expectativas do Executivo para 2021.

No discurso, Bolsonaro classificou como prioridades para este ano a aprovação de 10 matérias: a proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo; a reforma administrativa; a agenda de privatizações e de concessões; a revisão dos subsídios creditícios e gastos tributários; a **reforma tributária**; o projeto de lei complementar para a criação do marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; o projeto de lei cambial; a modernização do setor elétrico; a partilha dos campos de óleo e gás; e as debêntures de infraestrutura (leia reportagem na página 4).

O mandatário ainda destacou a importância de o Congresso aprovar a medida provisória assinada por ele, em dezembro do ano passado, que abriu crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões para a compra de vacinas. "O governo federal se encontra preparado e estruturado, em termos financeiros, organizacionais e logísticos, para executar o plano nacional de operacionalização da vacinação contra a covid-19. Com isso, seguimos envidando todos os esforços para o retorno à normalidade na vida dos brasileiros", afirmou.

Bolsonaro pediu união entre o Parlamento e o Planalto. Segundo ele, "é primordial que tenhamos um projeto de Brasil para as próximas décadas, um projeto de nação". "O atual cenário em que o Brasil se encontra exige de todas as autoridades públicas uma atuação ainda mais coordenada, integrada, harmônica e fulcrada no espírito público para, juntos, construirmos um Brasil mais próspero e mais justo para todos. A participação de nosso Parlamento é indispensável para o alcance desse objetivo", destacou o chefe do Executivo, que foi hostilizado por parlamentares (leia mais na página 5).

Parlamentares

Rodrigo Pacheco, por sua vez, também defendeu prioridade na aprovação das reformas tributária e

administrativa, além de outras medidas capazes de destravar a economia e gerar emprego e renda. O presidente do Senado e do Congresso anunciou que já está discutindo com o colégio de líderes e com a equipe econômica do governo o possível retorno do auxílio emergencial, cujo pagamento terminou em dezembro.

Pacheco reafirmou a intenção de discutir a definição das pautas legislativas em conjunto com o Executivo. "Aqui, no Parlamento, estaremos focados em projetos comuns. Na definição dessas pautas comuns, não deixaremos de dar atenção às que são importantes para o país e que apontam para a necessidade de mudanças estruturais, fundamentais para o futuro do Brasil", frisou. "Refiro-me às reformas, especialmente à tributária e à administrativa. Não podemos relegá-las a um segundo plano, pois são prioridades."

Ao propor uma agenda prioritária para a saúde pública, o senador defendeu a manutenção das medidas de prevenção da covid-19, mas disse que "não podemos fazer disso uma histeria" e deixar de trabalhar pela recuperação econômica do país. "Precisamos cuidar, racionalmente, da nossa saúde, adotando todos os cuidados higiênicos e sanitários possíveis, mas não podemos fazer disso uma histeria, negando uma realidade", enfatizou.

Já Lira opinou que o Congresso tem de se esforçar para garantir a aquisição de mais imunizantes contra a covid-19. "Precisamos fazer o que estiver ao nosso alcance para facilitar a oferta de vacinas para os mais vulneráveis, neste momento mais dramático."

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, disse que "o Poder Judiciário brasileiro atuará sempre em harmonia com os Poderes Executivo e Legislativo". "É dizer: sem se olvidar do espaço de independência conferido a cada um dos braços do Estado, devemos construir soluções dialógicas para o fortalecimento da democracia constitucional e para o desenvolvimento nacional."

# Privatização e reformas entre as prioridades

» **INGRID SOARES» ROSANA HESSEL**

Após emplacar aliados nos comandos da Câmara e do Senado, o presidente Jair Bolsonaro busca, agora, colocar sobre a mesa das duas Casas legislativas suas pautas prioritárias, que consistem numa lista de 35 projetos parados no Congresso, alguns deles de governos anteriores. Algo que, na avaliação de analistas, ainda vai precisar de muita negociação para avançar a contento.

Durante reunião com os novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no Palácio da Alvorada, o chefe do Executivo entregou a eles a lista das suas prioridades. O Correio teve acesso ao documento. A relação é dividida em temas como pautas fiscais, retomada de investimentos e pautas de costumes. A dificuldade para a aprovação será grande, tanto que o dólar subiu, ontem, num sinal de que a desconfiança persiste, apesar de Lira e Pacheco defenderem, em carta entregue ao chefe do Planalto, a manutenção do teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior, uma âncora fiscal que garante um controle mínimo na trajetória da dívida pública.

No Senado, na pauta fiscal, está a PEC Emergencial, a PEC dos Fundos e o Pacto Federativo, que são importantes para a manutenção do teto de gastos. Para estimular a retomada dos investimentos, Bolsonaro aposta no PL 3178/2019 - sobre a partilha no polígono do pré-sal -, petróleo e gás, na modernização do setor elétrico e em ferrovias. E, na Câmara, um destaque na área fiscal é a defesa do PL 6726/2016, que trata da regulamentação de um teto remuneratório do funcionalismo, tema que tramita há cinco anos no Congresso e que já foi aprovado pelo Senado.

A lista de prioridades de Bolsonaro, na pauta de costumes, inclui a facilitação para acesso a armamentos, como registro, posse e comercialização de armas de fogo; normas aplicáveis a militares em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), incluindo o excludente de ilicitude, espécie de salvaguarda jurídica para policiais que, porventura, matarem em serviço. Também estão na lista a regulamentação do homeschooling (ensino domiciliar); o aumento da pena para abuso sexual em menores e a inclusão da pedofilia como crime hediondo.

Na pauta de retomada de investimentos, tem, também,

a proposta de privatização da Eletrobras, projeto de 2019 que enfrenta resistência dentro do próprio governo.

## Imposto de Renda

Bolsonaro também adicionou, na relação, a revisão da Lei de Drogas. Já a proposta do voto impresso não foi incluída, por enquanto, nem mesmo a de revisão na tabela do Imposto de Renda, uma das principais promessas de campanha. Em adendo, o governo reforçou o interesse em acelerar projetos que tramitam na Câmara, como a autonomia do Banco Central e a Lei do Gás.

Munido dos pedidos do chefe do Planalto, Pacheco disse que as pautas encaminhadas pelo presidente terão a viabilidade avaliada pelos "respectivos colégios de líderes" dos parlamentares das duas Casas. Mais tarde, ao ler a mensagem durante a abertura dos trabalhos do Legislativo, Bolsonaro destacou a **reforma tributária** e a autonomia do Banco Central como algumas das prioridades deste ano, ao lado das PECs Emergencial e do Pacto Federativo, que, de acordo com analistas, são fundamentais para abrir espaço no Orçamento para a criação de um novo auxílio emergencial ou a ampliação do Bolsa Família.

Na avaliação do cientista político Rodrigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o governo saiu vitorioso da eleição no Congresso, mas precisará saber negociar muito bem com os parlamentares para obter avanços nas pautas econômicas e ideológicas da lista. "Agora, não tem mais aquela velha desculpa de que "o Congresso não deixava governar"', apontou. O especialista ressaltou, no entanto, que o encaminhamento dessas pautas como prioritárias não significa que elas serão aprovadas, apesar da aproximação do Planalto com os novos presidentes das duas Casas. "É um elemento facilitador, mas não significa que o governo terá vitória em todas as pautas. Tudo precisará ser negociado", analisou.



## Lista extensa provoca dúvidas

A lista de prioridades definidas pelo presidente Jair Bolsonaro foi vista por especialistas como muito extensa. Não à toa, ela não animou muito o mercado, apesar de a Bolsa ter avançado quase 1% logo após a declaração dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de que estão comprometidos com a manutenção do teto de gastos, com as reformas e com a vacinação.

"Em parte, o dólar subiu por conta da desconfiança, porque ainda não está claro como será levada essa pauta prioritária", explicou o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Para ele, "ter 35 prioridades, no final, significa que não há muita". "Em terceiro ano de mandato, com o Centrão comandando as Casas do Legislativo, fica difícil acreditar que muito dessas pautas vai avançar. Ainda há a pandemia, que impede a aceleração do processo decisório no Congresso", argumentou.

Segundo Vale, se o país voltar a ter uma certa normalidade no segundo semestre, é provável que o Congresso volte a ficar mais ativo. "Contudo, vai faltar um ano para as eleições, e ninguém vai querer falar de reforma nesse período. Diria que vamos viver na expectativa de 2023 e torcer para que a agenda ruim do ministro Paulo Guedes (Economia), que pode envolver a volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), não volte", emendou.

No entender do cientista político Carlos Pereira, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV Ebape), existe um pecado original na relação entre o Executivo e o Legislativo, que é a ausência de uma coalizão majoritária estável e que vai continuar dificultando o avanço dessa agenda prioritária apresentada por Bolsonaro. Ele destacou que o governo ainda vai colher os frutos da polarização que ele plantou junto à população contra os demais Poderes. "Agora, ele tenta construir um embrião de uma coalizão, mas os termos dessa aliança não estão claros. As maiorias que se formam se desfazem ao sabor do vento e da controvérsia quando não há uma estratégia. Sem ela, o governo não conseguirá avançar", destacou.

O cientista político Carlos Pereira, professor da Fundação Getulio Vargas, não vê chances de progresso na pauta de costumes sugerida por Bolsonaro e lembrou que a paralisação da maioria desses temas foi resultado da incapacidade do

governo de negociar com o Congresso.

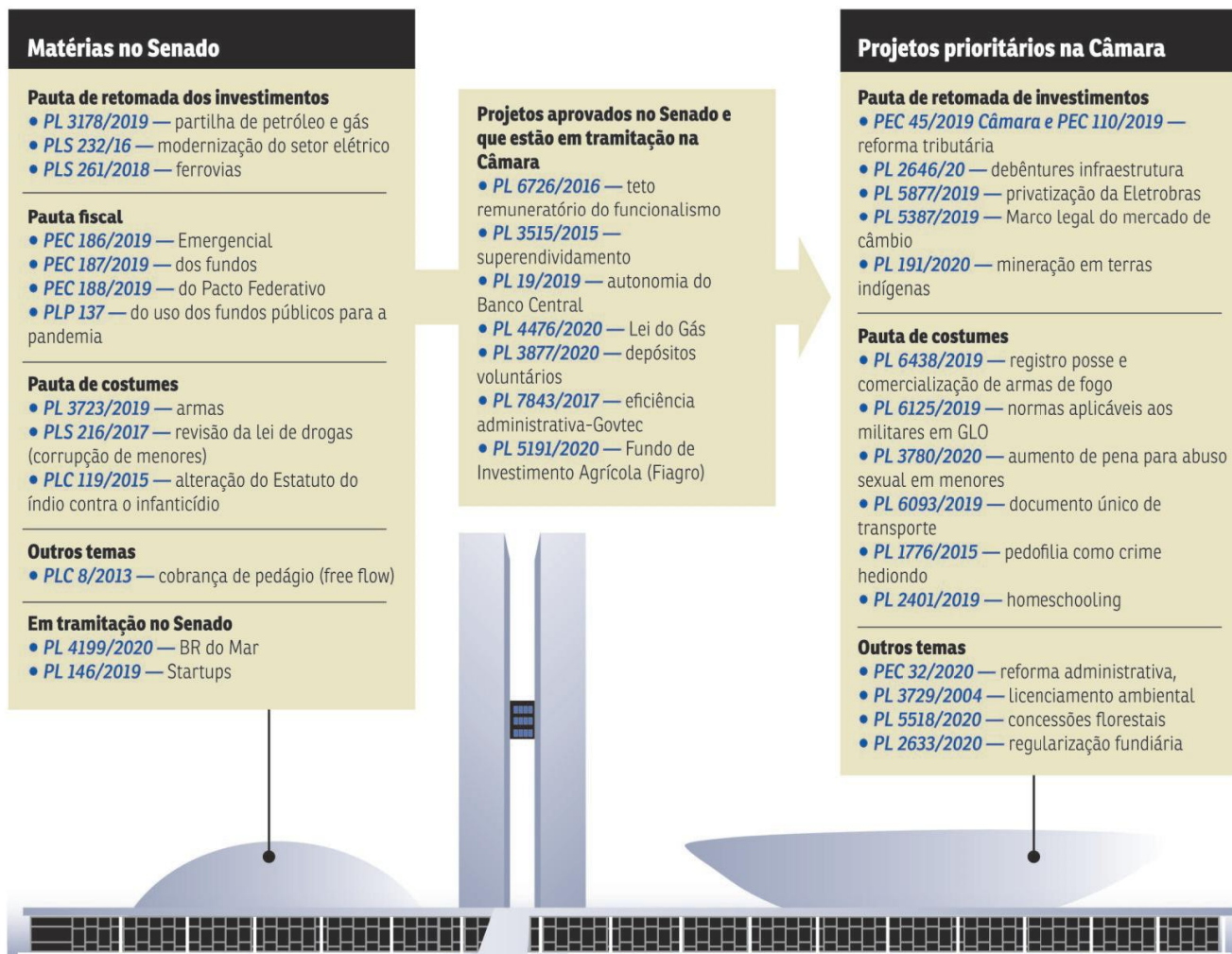
Apesar de Bolsonaro ter citado a **reforma tributária** como prioridade, analistas também não veem muito avanço nesse assunto, apesar de necessária, porque ainda não há uma proposta clara do governo. A Câmara e o Senado já têm as próprias pautas, que ainda não foram consolidadas pela comissão mista. (RH e IS)

Reunião

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, na manhã de hoje, na Residência Oficial, tem encontro com o presidente da Câmara, Arthur Lira; o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão mista da **reforma tributária**; e o relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

## Carta de intenções

Veja os projetos prioritários do presidente Jair Bolsonaro junto ao Congresso



## Realismo para aprovar as reformas (2)

**Fernando Schüler** Professor do Insper e curador do projeto *Fronteiras do Pensamento*. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo.

Bolsonaro ensaiou, em seu primeiro ano de mandato, um *modus vivendi* político de governo sem maioria no Congresso. Por algum tempo, talvez até a aprovação da reforma da Previdência, havia alguma expectativa de que o arranjo poderia funcionar. Não foi o caso.

Os sinais de que aquele arranjo não funcionava já vinham de antes da pandemia. Todos se lembram do imbróglio com Orçamento impositivo, da reação destrambelhada à pandemia, no modo improvisado como se definiu o auxílio emergencial, da falta de entendimento mínimo sobre a **reforma tributária**, paralisia das privatizações. A lista é longa.

O que vimos neste período diz muito sobre o governo Bolsonaro. Governo retórico, vacilante quanto a sua própria agenda, sejam as pautas anticorrupção e de costumes, que nunca foram para lugar nenhum, seja a pauta liberal, da qual a esta altura resta muito pouco.

O presidente Jair Bolsonaro cumprimenta o presidente da Câmara, Arthur Lira, observado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, durante sessão de abertura do ano legislativo nesta quarta (3) no Congresso

O que já estava ruim ganhou ares de tempestade perfeita com a chegada da segunda onda da pandemia, o agravamento do quadro fiscal, o fim do auxílio emergencial e a descoordenação no processo de vacinação. As pesquisas passaram a registrar o declínio de Bolsonaro e o fantasma do impeachment entrou pela janela.

É neste cenário que entra a sucessão no Congresso. O governo percebeu que uma vitória de Baleia Rossi tornaria Bolsonaro um pato manco precoce e entrou no jogo com os procedimentos habituais da política brasileira.

Alguém me perguntou se não é uma incoerência em relação ao discurso de campanha. É claro, respondi, supondo que alguém se lembre do discurso de campanha e tenha acreditado que Bolsonaro era algum tipo de *condottiere* vocacionado a virar ao avesso nossas instituições.

Nunca foi. Sempre foi um político muito mais tradicional e pragmático ("tático", como li por estes dias) do que a maior parte de nossa crônica política

quis reconhecer. Disse aqui algumas vezes que o sistema político iria "enquadrar" Bolsonaro. Pois é. Não só o enquadrado como o próprio Bolsonaro se tornou um ativo jogador, derrotando Rodrigo Maia em seu próprio terreno e pavimentando uma aliança com o centrão que deve servir de base para sua campanha em 2022.

Apoiadores obstinados de Bolsonaro dirão que não, que se trata apenas de um recuo estratégico para finalmente "derrotar o sistema"; seus detratores não menos obstinados dirão que tudo não passa de mais um passo para o "grande golpe" que finalmente nos levará à Alemanha nos anos 1930.

Imaginação fértil à parte, o que temos é mais do mesmo: varejo político, centrão dando as cartas e a habitual inércia brasileira para enfrentar a agenda difícil que de fato deveríamos encarar.

A pergunta que importa: o novo arranjo governista produzirá resultados? Fará avançar a agenda de reformas? Ninguém sabe. Meu colega Carlos Pereira costuma dizer que nosso modelo político foi pensado para produzir inclusão e certa estabilidade, não eficiência. Temos um sistema feito para acomodar interesses e processar demandas da elite política e corporativa com acesso a Brasília.

Em seu primeiro encontro com Lira e Pacheco, Bolsonaro entregou uma lista de 35 prioridades, que vão da privatização da Eletrobras, passando pela **reforma tributária** (sabe-se lá qual), autonomia do Banco Central, até o "homeschooling" e o aumento da pena para abuso sexual de menores.

Perfeito retrato do governo. Quem tem 35 prioridades não tem, no fundo, prioridade nenhuma. O governo deveria aproveitar o fôlego que obteve com a repactuação política e focar em um ajuste estrutural das contas públicas, que passa pela PEC Emergencial em sua versão não desidratada, uma reforma administrativa mais ampla e um redesenho fiscalmente sustentável dos programas sociais.

Talvez seja muito para a atual elite política do país, mas a verdade é que há uma janela de oportunidade, em um ano não eleitoral, para que o Congresso retome algum fôlego reformista que apresentou entre 2016 e 2019. Com um detalhe: em um cenário no qual o governo não terá mais como terceirizar responsabilidades e dizer que a culpa é do Rodrigo Maia se as coisas não acontecerem.

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49427&\\_ga=2.99906462.1256461116.1612327964-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6427857&pd=11f741cbd0eab76aa26084654e2c8afa](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49427&_ga=2.99906462.1256461116.1612327964-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6427857&pd=11f741cbd0eab76aa26084654e2c8afa)**

# Planalto pede pressa em leis de armas e licença para militar matar

**Renato Machado e Danielle Brant**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) entregou aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), uma lista de projetos considerados prioritários pelo governo.

Entre eles estão propostas que ampliam posse e porte de armas e uma que prevê excludente de ilicitude (tese sobre autorização para matar em suposta ação de legítima defesa) para militares em operações de garantia da lei e da ordem.

A lista foi entregue na manhã desta quarta-feira (3), no primeiro encontro do dia entre o presidente da República e os dois novos presidentes das Casas do Legislativo. Tanto Rodrigo Pacheco como Arthur Lira foram eleitos com o apoio do presidente da República.

O documento contém as matérias consideradas importantes que já foram aprovadas em alguma das duas Casas e em seguida lista os projetos prioritários para o governo federal.

No Senado, na pauta de costumes, o governo Bolsonaro quer ver aprovados o projeto que amplia a liberação do porte de armas para os chamados CACs (Colecionadores, Atiradores Esportivos e Caçadores). Esse grupo constitui uma das bases de apoio do presidente.

A proposta, que já foi aprovada na Câmara, no entanto, saiu desidratada em relação ao projeto original, que havia sido encaminhado pelo Planalto. O novo texto limitou a abrangência do projeto apenas aos CACs, retirando do projeto outras possibilidades de estender o porte e posse de armas para outras categorias, como queria o governo.

O Planalto também quer ver aprovada na Casa proposta que aumenta a pena para quem corromper menores de 18 anos para atividades de tráfico de drogas, e também um polêmico projeto que altera o Estatuto do índio para combater o infanticídio.

Alguns especialistas acreditam que a criminalização contribui para estigmatizar a população indígena.

Bolsonaro também quer aprovar no Senado a proposta que muda o sistema de cobrança de pedágios,

estabelecendo o chamado "free flow".

A matéria determina que fica isento do pagamento de tarifa de pedágio o veículo cujo proprietário possua residência ou trabalhe no município em que esteja localizada praça de cobrança de pedágio.

Na Câmara, há mais projetos da chamada pauta de costumes considerados prioritários pelo Executivo.

O governo estabeleceu como prioridade nessa Casa a aprovação de outra proposta que amplia a posse e porte de armas de fogo -além da que tramita no Senado.

Essa proposta em debate na Câmara permite que membros das Forças Armadas, policiais federais, rodoviários, civis e militares adquiram até dez armas, entre outros itens.

Há ainda um projeto de excludente de ilicitude para militares em operações de garantia da lei e da ordem, além de propostas que aumentam a pena para abuso sexual de menores. Outro texto considerado prioritário pelo governo prevê um documento único de transporte.

O governo quer que a Câmara vote também um projeto que inclui a pedofilia como crime hediondo e um projeto sobre educação domiciliar.

Bolsonaro também destacou como prioritários projetos que, na avaliação do Executivo, vão viabilizar a retomada de investimentos e que estão em tramitação na Casa, como a **reforma tributária**, a privatização da Eletrobras, as mudanças da lei do câmbio e a mineração em terras indígenas.

O governo estabeleceu como prioridades também a reforma administrativa, o licenciamento ambiental, concessões florestais e regularização fundiária.

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49427&\\_ga=2.99906462.1256461116.1612327964-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6427857&pd=11f741cbd0eab76aa26084654e2c8afa](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49427&_ga=2.99906462.1256461116.1612327964-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6427857&pd=11f741cbd0eab76aa26084654e2c8afa)



# Bolsonaro pede ao Congresso reformas econômicas e privatização da Eletrobras



Jair Bolsonaro e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)  
Pedro Ladra/Folhapress

**Renato Machado, Danielle Brant e Fábio Pupo**

Após problemas como desentendimentos com o Congresso e falhas de articulação terem travado o avanço da agenda de reformas, o governo aproveitou a troca de comando na Câmara e no Senado para apresentar uma lista de projetos cuja aprovação diz considerar prioritária.

A lista foi recebida nesta quarta-feira (3) pelos novos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Entre os temas, estão a aprovação das reformas tributária e administrativa, a privatização da Eletrobras e até a proposta de mineração em terras indígenas.

A relação compila várias propostas já defendidas desde o primeiro ano de governo pelo Ministério da Economia, como as três PECs (propostas de emenda à Constituição) do Plano Mais Brasil. O pacote diminui despesas obrigatórias e foi apresentado pelo Executivo em novembro de 2019, mas até hoje não foi aprovado.

Internamente, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) considera serem prioridades imediatas a PEC Emergencial e o Orçamento. O objetivo é poupar recursos públicos em outras áreas para compensar o eventual uso de recursos para vulneráveis em 2021.

Apontada ao longo do ano passado por especialistas como um caminho viável para cortar despesas e reforçar medidas sociais, a PEC Emergencial passou por percalços mesmo sendo acompanhada de perto pelo governo.

A PEC está sob relatoria do senador Mareio Bittar (MDB-AC). No ano passado, após reunião com Bolsonaro e Guedes, o parlamentar chegou a anunciar que a PEC limitaria o pagamento de precatórios

(ditadas do Estado reconhecidas pela Justiça) para obter recursos. O mercado ficou assustado com a ideia de o país não honrar compromissos e, por isso, houve recuo na proposta.

Depois, as discussões congelaram com as eleições municipais e a dedicação de parlamentares à campanha local de aliados. Antes do fim do ano, chegou a ser ventilada proposta em que Bittar desidratava a proposta de Guedes a ponto de ela não gerar efeitos fiscais significativos. Sem consenso, ele postergou a apresentação de seu texto para 2021.

Agora, a proposta pode ganhar tração. Antes da reunião no Congresso, Lira e Pacheco realizaram um evento no qual apresentaram a sua lista de prioridades, que foram levadas também a Bolsonaro.

Pacheco afirmou que vai estabelecer com os relatores prazos para análise das propostas de interesse do governo, como a **reforma tributária** e a PEC Emergencial.

Os novos presidentes também disseram que vão encontrar uma alternativa para o auxílio emergencial que respeite o teto de gastos.

Na lista do governo, chama atenção a menção às PECs 45 e 110 na parte em que é defendida a **reforma tributária**. Na verdade, Guedes quer ver aprovadas primeiro mudanças somente em **impostos** federais, por meio de sua proposta que funde PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (projeto já enviado ao Congresso).

Continuação da pág. A15 As PECs 45 e 110, de autoria do Congresso, incluem na fusão o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), o que Guedes vê como uma tarefa de grande complexidade e que pode travar as discussões sobre a reforma. Essa visão foi reiterada nesta semana pela equipe econômica.

Na lista do governo, outro ponto importante é a privatização da Eletrobras, que enfrenta resistência no Congresso. Na semana passada, o então presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, pediu demissão e alegou, entre outros problemas, dificuldades para privatizar a empresa e falta de crença no avanço do processo.



Não foi a primeira baixa por causa das privatizações. Salim Mattar, então secretário de Desestatizações do Ministério da Economia, pediu demissão em agosto de 2020 após constatar que seu trabalho para vender empresas teria pouco avanço.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Mattar costuma culpar o "sistema" pela morosidade na agenda de privatizações, mas já responsabilizou especificamente Bolsonaro por não tocar o processo nem mesmo de empresas cuja venda dependia somente do Executivo. "Depende só dele [Bolsonaro] . Falta vontade", disse Salim durante live em setembro.

Entre os integrantes da equipe econômica, as privatizações não têm sido comentadas nos últimos dias como uma prioridade imediata e considera-se até que o tema arrefeceu. Mesmo assim, as vendas de estatais continuam como um tema bastante desejado.

Conforme mostrou a Folha, a equipe econômica planeja uma lista escalonada de prioridades com o Congresso, começando com a discussão de propostas menos polêmicas. Influi nesse debate a visão de que há uma janela de tempo limitada para a aprovação de reformas, que vai até setembro (antes do início das discussões sobre a sucessão presidencial).

O governo federal também pretende aprovar o polêmico projeto que regulamenta a mineração em terras indígenas. A proposta vem sendo defendida publicamente pelo vice-presidente Hamilton Mourão, como uma alternativa para conter as atividades de garimpo ilegais e, conseqüentemente, os desmatamentos na região da Amazônia.

Também está na lista a aprovação de marcos setoriais defendidos por Guedes, como a nova lei do gás (com objetivo de baratear o custo da energia) e novas regras para segmentos como ferrovias e cabotagem.

O governo busca ainda a aprovação de projetos de lei referentes à partilha do petróleo e gás. A proposta do senador José Serra (PSDB-SP) dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e de gás natural, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

O objetivo é permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

O governo também aponta como prioridade as propostas que abrem espaço para modernização do setor elétrico, que disciplinam a exploração indireta do transporte ferroviário e que estabelecem o marco legal do mercado de câmbio.



## Lista das medidas prioritárias da área econômica

### Na Câmara

- Reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19, respectivamente na Câmara e no Senado)
- Debêntures de infraestrutura (PL 2.646/20)
- Privatização da Eletrobras (PL 5.877/19)
- Marco legal do câmbio (PL 5.387/19)
- Mineração em terras indígenas (PL 191/20)
- Reforma administrativa (PEC 32/20)
- Concessões florestais (PL 5.518/20)
- Licenciamento ambiental (PL 3.729/04)
- Regularização fundiária (PL 2.633/20)
- Lei do gás (PL 4.476/20, já aprovado no Senado)
- Depósitos voluntários (PL 3.877/20, já aprovado no Senado)
- Teto remuneratório para servidores (PL 6726/16, já aprovado no Senado)
- Proposta contra superendividamento, com regras mais rígidas para crédito (PL 3515/15, já aprovado no Senado)
- Autonomia do BC (PLP 19/19, já aprovado no Senado)

### No Senado

- Proposta da cabotagem, ou BR do Mar (PL 4.199/20, já aprovado na Câmara)
- Marco legal das startups (PLP 146/19, já aprovado na Câmara)
- PEC Emergencial (PEC 186/19)
- Fundo de investimento agrícola (PL 5.191/20)
- Modelo de partilha no petróleo (PL 3178/19)
- Modernização do setor elétrico (PLS 232/16)
- Novas regras em ferrovias (PLS 261/18)



**Depende  
só dele  
[Bolsonaro].  
Falta vontade**

**Salim Mattar**  
em setembro,  
um mês depois  
de pedir  
demissão  
da Secretaria  
de Desesta-  
tizações do  
Ministério  
da Economia,  
frustrado com  
o atraso nas  
privatizações

# Governo aposta em pautas "fáceis" no Congresso

**MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E BRUNO GÓES - BRASÍLIA**

Depois de o presidente Jair Bolsonaro apresentar oficialmente ontem ao Congresso uma lista de projetos prioritários, o governo discute com seus líderes na Câmara e no Senado uma sequência enxuta de propostas econômicas a serem de fato votadas nos primeiros meses do novo comando do Legislativo. A ideia é concentrar esforços em projetos já em andamento e que enfrentem menos resistência.

Documento entregue pelo Palácio do Planalto aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), traz uma lista ampla de reformas econômicas, incluindo três propostas de emenda à Constituição (PEC) voltadas para medidas de ajuste fiscal, reformas administrativa e tributária, além da privatização da Eletrobras. O plano, no entanto, é avançar aos poucos nessas medidas.

A estratégia foi discutida em almoço ontem com os líderes do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR); no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE); no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-GO); e os ministros da Economia, Paulo Guedes; e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. A expectativa é que os líderes se reúnam hoje com Lira e Pacheco. Nesses encontros, o governo quer definir uma lista de cinco ou seis projetos em cada Casa para serem votados entre fevereiro e março.

**SINAL DE "DESTRAVAMENTO"** O objetivo do governo, neste momento, é demonstrar força e indicar que a agenda legislativa está avançando. Por isso, a intenção é votar rapidamente a independência do Banco Central. Já aprovado no Senado, o projeto está parado na Câmara. Para o governo, é importante aprovar essa proposta, agora como forma de sinalizar ao mercado que o Palácio do Planalto está assumindo o controle da pauta da Câmara.

O governo acusa o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) de segurar a votação da autonomia do BC e, por isso, o projeto é considerado emblemático para passar uma mensagem de "destravamento" da pauta legislativa.

A intenção é privilegiar, neste momento, propostas que

já foram aprovadas em uma das Casas, caso da autonomia do BC. Nessa lista estão também o novo marco regulatório do gás, na Câmara, e os de ferrovias e cabotagem (navegação entre portos nacionais), no Senado.

O governo sabe que é preciso negociar a aprovação de pautas maiores, principalmente as reformas econômicas. Por isso, a ala política avalia ser necessário construir uma base, aos poucos, com projetos mais "fáceis" antes da votação de propostas mais robustas, como a reforma administrativa. A **reforma tributária** também deve andar mais lentamente. Segundo fontes, a equipe econômica não concorda com os textos hoje em tramitação no Congresso e aguardará para avançar na medida, considerada uma das mais polêmicas da lista.

O Congresso ainda para aprovar o Orçamento de 2021 até março "para que o governo consiga honrar seus compromissos". Ba

Bolsonaro pediu ao Conrros, líder do governo na Câmara, disse que a aprovação da previsão de gastos e receitas é importante, inclusive para abrir caminho para a criação de um novo auxílio emergencial: -Ainda não temos Orçamento. Para pagar um novo auxílio, é preciso ter de onde tirar, temos que abrir espaço no Orçamento, porque não temos recursos extras.

**"NO PAPEL É TUDO BONITO"** Para o cientista político Luiz Felipe D Avila, coordenador do grupo Unidos Pelo Brasil e presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), o governo precisa primeiro acertar a articulação política para conseguir aprovar as propostas.

- Nós temos que focar nos projetos de recuperação da economia, do emprego e da renda. O Brasil precisa sair do atoleiro do baixo investimento - afirmou. - No papel é tudo bonito, quero ver como criar coordenação política para colocar essas coisas em votação e não votar projetos meias-bocas.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

# Para mercado, lista é bom sinal, mas não elimina cautela

**Lucas Hirata De São Paulo**

A extensa lista de prioridades do governo em relação à agenda legislativa é um bom sinal de que o Planalto "não quer andar para trás" nos rumos da economia. No entanto, a iniciativa não acabou com a cautela nem gerou euforia no mercado. Apesar de positiva, profissionais de mercado consultados pelo Valor alertam que não há garantia de aprovações, principalmente em medidas que exigem maior articulação política no Congresso, como as propostas de emendas constitucionais (PEC).

"No fundo, é a agenda que já está no Congresso, inclusive, há muito tempo. Mas, pelo menos é uma sinalização de que vai ter mais harmonia entre a agenda do governo e a do Centrão, agora no controle das duas casas do Congresso", diz Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e diretor do ASA Investments. Para ele, a lista de prioridades serve como uma sinalização positiva de que o governo quer caminhar para frente de forma mais organizada. "E, mais importante, que não quer ir para trás. Antes, as prioridades não estavam muito claras. O Congresso queria fazer reforma administrava e o governo não enviava",

Ainda assim, o alinhamento "não quer dizer o cenário de aprovação está garantido, dado que muitos votos que os então candidatos receberam vieram de acordos com a oposição", acrescenta o economista. Para Kawall, o governo não tem o número certo de votos para aprovar uma PEC e precisará buscar apoio de partidos independentes. Ainda assim ele acredita em avanços, como uma **reforma tributária** mais enxuta. "O sucesso da agenda vai depender da habilidade do governo e de manter o foco."

Apesar da sinalização positiva, um dos grandes riscos ainda está na situação fiscal. "Persistem muitas dúvidas sobre a capacidade de avançar com boa parte dessas pautas e o fiscal está um pouco nebuloso. Deve ter alguma coisa a mais em termos de auxílio. Mas ainda não se sabe exatamente o que virá como compensação", afirma o economista Silvio Campos Neto, da Tendências. "Só temos, por ora, um discurso genérico de defesa do teto e da responsabilidade fiscal", acrescenta.

Os analistas do banco Fator são ainda mais

cautelosos. Para eles, as reformas são conhecidas e o andamento duvidoso. "O compromisso de Bolsonaro, Lira e Pacheco com reformas é, na melhor das hipóteses, fragilíssimo", alertam.

Foram essas dúvidas que evitaram um alívio maior nos mercados de câmbio e juros ontem, depois do bom desempenho nos últimos dias. A moeda americana fechou em alta de 0,30%, aos R\$ 5,3702. Já a taxa do juro futuro para janeiro de 2027 saiu de 6,88% para 6,90%.

Para Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e sócio-fundador da Mauá Capital, o alinhamento entre Executivo e Legislativo é "muito significativo" e "algo que não víamos há muito tempo", o que tem favorecido os mercados nos últimos dias. Essa "lua de mel" deve facilitar a aprovação de medidas. "Nos próximos dois ou três meses, as medidas devem andar com mais velocidade. E algumas coisas podem até andar juntas", diz.

Ele reconhece que uma parcela da lista serve como "carta de intenções". "Tem de ver na prática o que vai andar. Como tem bastante coisa que é infraconstitucional, não vejo grandes dificuldades. Mas quando trata-se de PEC é mais complicado.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

# "Não teremos auxílio no formato que foi entregue"

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirma que não haverá **reforma ministerial**, mas apenas o deslocamento do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, para a Secretaria Geral da Presidência e a substituição dele por outro nome. Ele não vê um movimento do presidente Jair Bolsonaro de fatiamento dos ministérios para indicações políticas e nem divisão na Economia.

Descartou ir para o ministério da Saúde. "O ministro Pazuello atende a linha de condução que o presidente quer", disse. Também elogiou o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. "O Ramos acabou de, bem ou mal, entregar uma articulação vencedora. Se isso não o credencia, não sei o que as pessoas esperam".

Barros falou com o Valor ontem, após almoçar com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e Luiz Eduardo Ramos, para discutir as prioridades do governo, de 135 projetos e propostas de emenda constitucional (PECs), mas sem fórmula pronta para o auxílio emergencial. Ele diz que os parâmetros estão sendo avaliados pelo governo para focar só em quem realmente está impedido de trabalhar pela pandemia e que a criação depende de espaço fiscal. Confira os principais trechos da entrevista:

## Auxílio emergencial

"Não temos mais decreto de calamidade pública e orçamento de guerra. Isso pressupõe que não teremos auxílio emergencial no formato que foi entregue. O governo vai atender as pessoas que não estão podendo desempenhar sua atividade econômica por conta da pandemia, mas hoje são muito menos pessoas que dependem de fato. O atendimento não pode ser individual, tivemos quatro pessoas da mesma família recebendo. É preciso haver revisão. Isso está sendo encaminhado pelos Ministérios da Cidadania e da Economia. Para fazer o programa precisa ter fonte para poder gastar, que estará vinculada a alguma medida que permita o espaço fiscal. Precisamos aguardar. O desenho inicial era criar espaço fiscal a partir da PEC Emergencial. Esse é um caminho, mas equipe econômica e Parlamento podem ter outras idéias. Havendo equação harmônica, rapidamente a proposta passa."

## Agenda do governo

"Temos uma lista de prioridades para a Câmara e o Senado que vou submeter ainda ao presidente Arthur Lira para depois apresentarmos na reunião de líderes amanhã [hoje]. Estou tentando fazer uma short list com o que pode ser votado nas primeiras três semanas que tenha impacto positivo dentro da nova ordem estabelecida. A promessa do presidente é que a pauta será definida as quintas-feiras pelos líderes e é lá que vamos tratar."

## Votações pós-eleição

"As votações não serão mais fáceis nem mais difíceis, mas teremos mais ritmo de trabalho. Ano passado tivemos o impasse da comissão de orçamento, depois tivemos obstrução do Rodrigo Maia, eu não abri mão da urgência da cabotagem. Diria que houve uma interferência pela articulação da eleição, mas agora acho que vamos retomar o ritmo."

## Reforma tributária

"Vamos aguardar o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro. Queremos que ele publique. Ele ouviu muita gente, discutiu muito com os parlamentares, então vamos ver o relatório e em cima disso iniciar as negociações."

## Guedes vai propor CPMF de novo

"Não posso te afirmar isso. Não sei. Nem tratamos disso."

## Reforma administrativa

"Vamos votar a admissibilidade, criar comissão especial e preparar para o plenário. Será mais fácil que a tributária porque só atinge futuros servidores, então é matéria mais tranquila, tende a andar mais rápido. A tributária atinge todo mundo no dia a dia."

## Privatização da Eletrobras

"Está na nossa lista. Não tem nenhuma matéria que não possa ser votada. Pode não votar o que você quer, ter que alterar, mas tem que pôr para votar porque aí saberemos de fato onde estão as



dificuldades. Se terá comissão especial ou vota direto no plenário é o presidente que decide."

Prazo até outubro para reformas

"O prazo de filiações não é mais outubro, agora é de seis meses antes da eleição, então dá para tocar tranquilo até março [de 2022]. Depois que começa o calendário eleitoral efetivo [fica mais difícil votar matérias polêmicas]."

Impeachment e CPIs

"Não tem clima para impeachment. Não é porque é outro presidente da Câmara, o Maia também não fez. Agora as CPIs depende, precisa de um terço só dos parlamentares, então pode acontecer, mas o ideal é a gente cuidar das coisas que são urgentes, que são os marcos regulatórios para gerar emprego."

Pauta de costumes

"Será proposto ao colégio de líderes. A Casa tem 513 deputados, dá para tocar tudo ao mesmo tempo, a econômica e a de costumes. Vou propor ao colégio de líderes e o ambiente que ditará o ritmo das votações."

PEC da prisão em 2ª instância

"Não fui eu que fiz a lista [de prioridades], Minha lista teria também [mudança na lei de] improbidade, defensivos agrícolas e outros temas que considero que estão maduros e levarei para o colégio de líderes. A PEC da segunda instância não está na lista e não foi discutida."

Relação com MDB, DEM e PSDB

"MDB e DEM são da base do governo. PSDB não é da base, mas é comprometido com a pauta do ajuste fiscal. Contaremos com o voto amplamente majoritário deles para aprovar as matérias importantes para o Brasil."

DEM apoiar reeleição em 2022

"Pode decorrer do fato de o presidente ter apoiado a eleição do Rodrigo Pacheco no Senado, das decisões na eleição da Câmara e da conveniência da base do Democratas. Há uma possibilidade, que não existia antes. Mas do ponto de vista das votações, não vejo nenhuma mudança: teremos os mesmos votos que sempre tivemos e o Baleia [Rossi, candidato derrotado à presidência] não vai criar dificuldades."

### Reforma ministerial

"A vaga da Secretaria-Geral será preenchida pelo

ministro Onyx e alguém vai substituí-lo. Não tem **reforma ministerial**, tem a ocupação de uma vaga que já estava aberta. Não acredito [em desmembramento da Economia]. As cobiças por espaço não tem a ver com a disposição em ceder espaço."

Ramos na articulação política

"O Ramos acabou de, bem ou mal, entregar uma articulação vencedora. Se isso não o credencia, não sei o que as pessoas esperam. Só falar mal ou criticar... pô, o cara trabalhou bem, dá para elogiar. Ele está mais experiente, mais hábil, conhecendo melhor as pessoas. Tem boas condições de ficar na articulação."

Ministério da Saúde

"Não pretendo e não vou assumir o ministério. O ministro Pazuello atende a linha de condução que o presidente quer. Os ministros são do presidente e atendem a linha que ele dá. Ministro Salles, o Ernesto Araújo, o Pazuello, Paulo Guedes, Rogério Marinho, todos eles têm uma cartilha para seguir. Eles estão desempenhando a missão que lhes foi confiada."

Fatura da eleição da Câmara

"Tem todo um folclore. Tem que pagar emenda mesmo, é obrigado a fazer, é impositiva. Essa tentativa de fazer a versão de que está tendo tomá-lá-dá-cá, ela não acontece. Foi uma tentativa do bloco adversário de tentar contaminar a disputa. Aqui dentro todo mundo sabe o que acontece, Diário Oficial é público."

Bia Kicis na CCJ

A Bia Kicis preside um colegiado, nem vota. Qual é o prejuízo que ela pode causar? Para ela tomar uma atitude que desagrade alguém, ela precisa convencer mais da metade. Não vejo problema. Aqui nessa casa, postura autoritária tem preço alto a pagar. Vocês acabaram de assistir um exemplo disso [na eleição da Câmara]."

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

# "2021 vai ser um ano mais difícil que 2020 politicamente", diz Garman

v

A presença de aliados do presidente Jair Bolsonaro no comando da Câmara e do Senado facilita a negociação da agenda de ajuste fiscal entre a equipe econômica e os parlamentares. Ainda assim, serão desafios neste início de ano a decisão sobre a reativação ou não do auxílio emergencial, o avanço de uma reforma fiscal e o impacto da crise sanitária e econômica na popularidade do presidente da República. Essas são as projeções do diretor-executivo para as Américas da Eurasia, Christopher Garman.

Em entrevista concedida ontem ao Valor, Garman detalhou como o desdobramento da pandemia no país nas próximas semanas será determinante para definir os movimentos da área econômica em relação a um novo auxílio, que vi-ria com a contrapartida de uma reforma fiscal. Em uma perspectiva otimista, o analista crê que o Congresso aprova até maio três PECs que constituem essa reforma.

Garman antevê avanços na agenda de reformas neste primeiro semestre. Ainda assim, pondera que 2021 vai ser um ano mais difícil do que 2020 politicamente. O analista projeta que Bolsonaro vai enfraquecer e que, quanto mais fraco estiver, maior vai ser a fatura do Centrão para apoiá-lo. Para o diretor da Eurasia, a queda de popularidade do presidente ainda não reflete o fim do auxílio emergencial. "Vai cair mais." A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual o impacto para a agenda econômica de haver aliados do presidente no comando da Câmara e do Senado?

Christopher Garman: O resultado das eleições da Câmara e do Senado reforçam o quadro que devemos ter avanço na agenda de reformas no primeiro semestre. Houve um exagero na percepção de risco ao longo do mês de janeiro. O quadro era de deterioração da situação sanitária em Manaus (AM), críticas à vacina, ruídos de impeachment e a possibilidade de reintrodução de um auxílio de uma forma descoordenada. Era uma mistura de percepção de risco de crise política, descontrole fiscal e mau manejo da pandemia.

Valor: A eleição de Lira e Pacheco ajusta essa

percepção de risco?

Garman: A vitória diminui a temperatura e alinha expectativas de que não devemos ter um descontrole fiscal relevante neste ano. Também significa que há lideranças na Câmara e no Senado que vão trabalhar de forma mais coordenada com o Planalto e com a equipe econômica no curto prazo. Ainda assim, 2021 vai ser um ano mais difícil do que 2020 politicamente.

Valor: O que muda de Maia para Lira na relação da Câmara com o Ministério da Economia?

Garman: Maia conhece a fundo os problemas econômicos, tem relações com renomados economistas no setor privado e tinha interlocução com integrantes da equipe econômica. Lira é amigável à agenda econômica, mas não tem o compromisso programático de Maia com ela. Então, empurrar essa agenda vai depender da coordenação do Planalto.

Valor: O que se altera em relação ao futuro das reformas?

Garman: Na Câmara fica para trás uma **reforma tributária** ampla como a PEC 45. Era um projeto de Rodrigo Maia e do grupo dele. A equipe econômica tinha resistências e a preocupação de perder receita. O mais factível agora é uma mudança tributária restrita ao PIS/Cofins. Com Lira, avançam a reforma administrativa e uma reforma fiscal.

Valor: É possível que vingue a ideia do ministro Paulo Guedes de recriar a CPMF?

Garman: Muito difícil. Não seria aprovada nem para financiar um auxílio extra-teto.

Valor: Em quanto tempo imagina que se concretizem as reformas?

Garman: A administrativa é politicamente mais fácil do que a fiscal, porque lida só com entrantes no serviço público. Lira falou em aprovar a administrativa até março, mas achamos difícil. Seria mais para maio ou junho, na Câmara, com promulgação no final do ano. A reforma fiscal pode ser um pouco mais rápida, para abril ou maio, se sair do Senado em março. Isso em um cenário otimista. Não é a nossa aposta.

Valor: Qual é a aposta?

Garman: Ainda não cravamos. Estamos avaliando.

Valor: O senhor mencionou as chances de se fazer uma reforma fiscal. O que ela deve abarcar?

Garman: Vai ter uma retomada de negociações envolvendo a PEC

186, de Emergência Fiscal, a PEC 188, do Pacto Federativo e a PEC

187, do Fundos. Apostamos que vai adiante a questão da antecipação dos gatilhos, redução do gasto tributário e algo da PEC dos Fundos.

Valor: Quais as condições para que se avance com a reforma fiscal?

Garman: As chances de uma reforma fiscal vão estar interligadas com a deterioração do quadro sanitário. Criar ou não um novo auxílio que não caiba no teto vai depender do quadro epidemiológico e se temos uma deterioração da pandemia que pode levar Estados e municípios a decretarem medidas de restrição mais severas no mês de fevereiro. Esse é grande ponto a que a classe política vai reagir. Se quem recebia o auxílio tiver que voltar a ficar em casa, a pressão política e social cresce muito para que haja um auxílio.

Valor: Como seria esse auxílio extra-teto e que implicações ele teria em termos fiscais?

Garman: Se houver necessidade de um auxílio extra-teto, esse valor tende a ser menor e mais restrito no tempo do que o do ano passado e, provavelmente, a medida virá acompanhada de uma reforma fiscal que controle gasto futuro. Crescem as chances da PEC Emergencial ser aprovada se houver necessidade de um auxílio extra-teto. Os dois tendem a vir juntos. Não dá para aprovar uma PEC Emergencial antes de uma decisão sobre o auxílio. E essa decisão depende da severidade da pandemia. Saberemos isso nas próximas semanas, no mês de fevereiro. Se o lockdown vier, a equipe econômica vai ter que ceder algo acima do teto.

Valor: Com o quadro de hoje, haveria um novo auxílio?

Garman: A questão é: se houver auxílio será de forma ordenada e restrita ou não? A equipe econômica deve conseguir trabalhar com o Congresso para restringir o número de beneficiados, restringir para dois, três meses no máximo e ancorar expectativas com reforma fiscal. Você troca um gasto temporário nesse ano por aperfeiçoamento das regras fiscais, antecipação dos gatilhos, metas de reduzir custos tributários. O

Congresso está aberto a essa negociação. Assim, mesmo se vier um auxílio, não vai ser aquela sangria toda.

Valor: Bolsonaro e Guedes dizem que um novo auxílio é inviável.

Garman: Nosso cenário base é que não haverá um auxílio emergencial extra-teto, mas damos uma probabilidade de 40% de ter um auxílio extra-teto. Esses 40% são em um cenário de deterioração da pandemia. Se isso acontecer, a pressão em Brasília vai ser grande para ter um auxílio que dificilmente cabe debaixo do teto. Mas os números ainda não deixam claro que essa deterioração vá acontecer, então acreditamos em um benefício abaixo do teto.

Valor: Qual o gasto máximo aceitável com um novo benefício dentro do teto?

Garman: É difícil. Você vai ter que tirar de algum lugar. Tirar do abono salarial, por exemplo. Qualquer ajuda extra fica mais restrita, a R\$ 10 bilhões ou R\$ 20 bilhões.

Valor: O que se espera da relação dos presidentes da Câmara e do Senado com o Palácio do Planalto?

Garman: A relação vai estar refém do grau de fragilidade do presidente. Possíveis novas quedas na taxa de aprovação do presidente estarão relacionadas à retirada do auxílio. Isso não foi totalmente incorporado nas pesquisas de janeiro. As pesquisas de janeiro mostraram uma queda que era fruto das críticas pela demora na distribuição das vacinas, as cenas chocantes de Manaus, que realçam o mau manejo da covid-19 pelo presidente. Bolsonaro pagou um preço elevado em janeiro por isso, mas ainda não pagou o preço cheio pela queda da renda e aumento da pobreza com o fim do auxílio.

Valor: Como deve se comportar o índice de popularidade do presidente da República neste ano?

Garman: A aprovação de Bolsonaro nos próximos meses deve cair um pouco mais e aí os partidos do Centrão vão cobrar um preço mais elevado pelo apoio. O governo vai pagar a primeira parte da fatura em uma **reforma ministerial** modesta, mas isso vai ser uma negociação contínua. Quanto mais fraco o presidente está, mais alto o custo de transação para manter esse apoio. Eu acho que o presidente vai se enfraquecer mais ao longo desse ano. A aprovação popular dele vai cair um pouco mais. Por isso, vejo o primeiro semestre como mais produtivo para reformas.

Valor: Que fatores devem pressionar a popularidade de Bolsonaro?

Garman: No curto prazo, o atraso na vacinação. Claramente o governo está preocupado e passou a agir, mas o presidente tem uma reputação ruim no manejo da covid. Mas a maior pressão mesmo serão as repercussões econômicas e sociais do fim do auxílio. Vamos sentir em fevereiro e março aumento de pobreza e queda da renda.

Valor: O impacto na popularidade do presidente virá mesmo que seja reciado um auxílio?

Garman: Sim, porque é difícil que você tenham um canhão como o que se viu no segundo semestre do ano passado, em que 43% dos domicílios recebiam os R\$ 300 por mês. O governo vai restringir o número de quem recebe e o valor. Na medida que a renda cai e a pobreza aumenta, a sensação de mal estar cresce e isso prejudica o presidente. Daí teremos que ver a taxa de ocupação da economia. Se estabilizar, o presidente pode voltar a subir em aprovação no final do ano e no início de 2022.

Valor: Qual patamar de popularidade colocaria o impeachment no radar?

Garman: A popularidade do presidente teve agora uma queda importante, para cerca de 30% de "ótimo e bom", o que equivale a 40% de aprovação. Mas presidentes que têm essa taxa de aprovação geralmente ganham a reeleição. Os patamares consistentes com impeachment - como foi o caso de Dilma Rousseff e de Fernando Collor de Mello - são: um ano antes do afastamento, "ótimo e bom" abaixo de 20% e, três meses antes, abaixo de 15%. Então, para entrar na zona de impeachment tem que ter um "ótimo e bom" na casa de 15%. Estamos longe disso.

Valor: A mudança no comando do Congresso indica que Bolsonaro agora conta com apoio da maioria no Legislativo?

Garman: Não. A base de apoio do presidente ainda é minoritária. Vários votos de Lira e de Pacheco vieram de partidos que estão fora da coalização do presidente. Não podemos confundir voto para Lira ou Pacheco ou com uma coalização pró-governo nem com uma coalizão pró-reforma. Ainda assim, é uma base política para poder impedir no curto prazo o ruído do impeachment.

Valor: Como a Eurasia vê o cenário econômico da América Latina para este ano?

Garman: Vai ser um ano difícil. A América Latina já tinha índices altos de desencanto com a classe política, uma frustração da nova classe média com os serviços públicos, governos com taxas de aprovação

popular mais baixos. O que a covid-19 vai fazer é reforçar essa angústia. No ano de 2020 a população deu um voto de confiança para os governantes, mas a conta política da covid-19 vai ser paga e sentida em 2021 porque você não tem como manter esses estímulos fiscais e esse voto de confiança tende a se dissipar. Vemos um ano político desafiador em 2021.

Se quem recebia o auxílio tiver que voltar a ficar em casa, a pressão política e social cresce muito para que haja uma ajuda"

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

## Sonegação no álcool em gel

Duas empresas de Betim e Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, são alvos de investigação pela Receita Estadual de Minas. Segundo o órgão, elas são suspeitas de sonegação fiscal na venda de produtos de limpeza, em especial o álcool em gel, muito usado durante a pandemia da COVID-19. Ontem, foi desencadeada a chamada Operação Limpeza Pesada, para cumprimento demanda dos de busca e apreensão nos locais. Vinte servidores da Receita e quatro policiais civis atuaram na ação.

A Receita começou a apurar o caso após denúncias de concorrência desleal feita por outras empresas do mesmo setor. Os primeiros levantamentos apontam que a fraude pode ter causado um prejuízo de R\$ 17 milhões aos cofres do governo de Minas nos últimos quatro anos.

"As apurações indicam que, para burlar o fisco, as empresas, que também são fabricantes, subfaturavam as mercadorias em operações de compra e venda realizadas entre si, emitindo documentos fiscais com valores bem menores em relação aos reais. Dessa forma, a maior parte do ICMS incidente nas operações não era recolhido", explica a Receita Estadual. "Outra técnica de sonegação fiscal utilizada pelas empresas investigadas é a venda de mercadorias sem emissão de notas, situação em que não há qualquer recolhimento de imposto", diz o órgão.

A equipe também apurou que as empresas usam a figura do "sócio oculto", para esconder quem é o verdadeiro proprietário. Os quadros societários são preenchidos por "laranjas", segundo a Receita. Dessa forma, os empreendimentos dificultam a cobrança dos débitos tributários pelo estado.

O delegado fiscal Gilmar Barbosa, um dos coordenadores da operação, diz que os documentos e arquivos digitais apreendidos podem levar a Receita a descobrir valores ainda maiores e cobrar dos infratores os **impostos** e multas devidos. Também não está descartado o acionamento do Ministério Público para encaminhamento de uma representação para denúncia por sonegação fiscal.

"Chama atenção da Receita Estadual o fato de as investigadas atuarem no segmento de materiais de limpeza, tendo como carro-chefe o álcool em gel. Temos indícios de que elas se aproveitaram da pandemia da COVID-19 para multiplicar os seus faturamentos em 2020, graças a vultosas sonegações tributárias, prejudicando os seus concorrentes, que

não conseguem combater os baixos preços praticados às custas do ICMS não recolhido", enfatizou o delegado, segundo a Receita



# Programa que renegocia dívida tributária pode voltar

**Bernardo Caram**

Sem sinal de enfraquecimento da pandemia e com cenário incerto para a recuperação econômica, o Ministério da Economia avalia relançar um programa de renegociação de dívidas tributárias voltado a empresas e pessoas físicas impactadas pela crise sanitária.

A ideia é incentivar a regularização de débitos da dívida ativa da União e evitar que o Congresso tome frente nessa discussão e crie programas de Refis (refinanciamento de dívidas tributárias), modelo considerado prejudicial ao sistema de arrecadação.

Enquanto os programas de Refis concedem benefícios lineares, iguais para os contribuintes, a chamada transação tributária avalia caso a caso e é focada apenas naqueles em situação financeira delicada.

Em 2020, a chamada transação excepcional autorizou o parcelamento de débitos em até 145 vezes, com descontos de até 70% sobre o valor total da dívida. O prazo para adesões acabou em 29 de dezembro.

De acordo com o procurador-geral-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenschwander, embora o governo ainda não tenha batido o martelo sobre a reedição do programa, a pasta prepara modelos para a possível implementação.

"Estamos analisando o que aconteceu no programa do ano passado para embasar um novo. Os estudos estão sendo feitos neste momento e, assim que a gente tiver uma definição, a nossa medida é muito rápida de ser implantada", disse à Folha.

"É uma possibilidade de fazer uma nova medida ou fazer uma reabertura da anterior se persistir realmente a situação [de dificuldade], conforme análise feita no ministério", afirmou.

Uma lei aprovada pelo Congresso no ano passado permite que o Ministério da Economia crie programas desse tipo sem a necessidade de nova avaliação do Legislativo. Basta a edição de uma portaria, que tem validade imediata.

Em 2020, 268 mil contribuintes aderiram a essas renegociações, com dívidas que totalizam R\$ 81,9

bilhões. Para fechar os acordos, o governo concedeu descontos, abrindo mão de arrecadar R\$ 25,6 bilhões.

Ainda assim, a avaliação da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) é que o resultado foi positivo, já que a maior parte desses débitos era considerada de difícil recuperação.

Quatro modalidades de acordos ficaram abertas até dezembro. Os programas contemplavam pessoas físicas e empresas de todos os portes, inclusive do Simples Nacional.

Grande parte dos contribuintes esperou até o limite do prazo para aderir aos programas.

Até novembro, o maior volume de dívidas renegociadas em um mês havia sido de R\$ 8,9 bilhões. Somente em dezembro, último mês do programa, as adesões totalizaram R\$ 38,5 bilhões.

Em defesa do programa, Neueaschwander afirma que, diferentemente do Refis, a transação excepcional é focada em contribuintes que passam por dificuldades e estão com capacidade de pagamento comprometida.

A concessão dos descontos também leva em conta a situação de cada pessoa ou companhia.

No caso do Refis, as vantagens concedidas são horizontais, beneficiando inclusive empresas em boa situação financeira. A pasta argumenta que esse modelo acaba incentivando o não pagamento de **tributos**.

No Congresso, foram apresentados ao menos três projetos para implementar uma espécie de Refis da Covid.

"A gente fica preocupado com medidas que podem trazer um resultado ruim para a arrecadação, que permitiriam que contribuintes com alta capacidade de pagamento -alguns que até aumentaram suas receitas durante a pandemia- se beneficiassem de uma medida sem justificativa técnica, uma alocação ineficiente do gasto tributário", disse o procurador.

Dados da PGFN apontam que mais de 80% dos contribuintes que se beneficiaram dos programas de Refis não estavam em situação de dificuldade e teriam



condições de arcar com os **tributos** sem a concessão de descontos.

A transação excepcional do ano passado deu benefícios maiores para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas e instituições de ensino. Nesses casos, houve desconto até 100% sobre multas, juros e encargos, respeitando o limite de 70% do valor total da dívida.

O cálculo da redução também levou em conta o impacto sofrido pela pessoa ou empresa durante a pandemia.

Para companhias de médio e grande porte, o desconto foi de até 100% sobre multas, juros e encargos, limitado a 50% do valor total da dívida.

A adesão à renegociação só era autorizada após comprovação de capacidade insuficiente de pagamento dos débitos. Para isso, foram analisados indicadores financeiros dos candidatos aos parcelamentos.

O programa de 2020 previa que no primeiro ano após a assinatura da renegociação, chamado de período de estabilização, haveria cobrança mensal de apenas 0,3% do valor do débito.

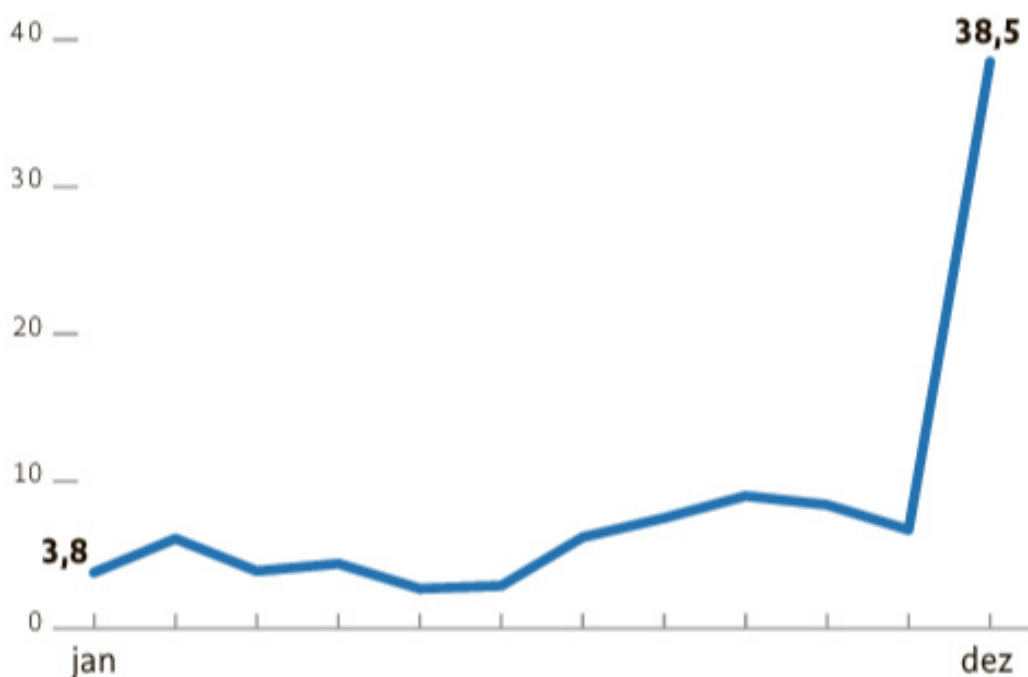
O modelo foi desenhado com pagamentos menores nos primeiros 12 meses para dar fôlego aos contribuintes impactados pela pandemia.

A dívida ativa da União reúne hoje débitos de R\$ 2,57 trilhões. Do total, quase R\$ 2 trilhões estão em situação irregular, sem acordo para pagamento ou adesão a parcelamentos.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

## Adesões a programas de renegociação e parcelamento de dívidas tributárias

Em 2020, em R\$ bilhões



## R\$ 25,6 bilhões

É valor total dos descontos dados pelo governo a contribuintes que renegociaram dívidas em 2020

Programas de renegociação encerrados em dezembro de 2020

	Valor máximo da dívida	Desconto sobre o total da dívida	Número de parcelas
Transação extraordinária	Sem limite	Sem desconto	Até 145
Transação excepcional	Até R\$ 150 milhões	Até 70%	Até 145
Dívidas de pequeno valor	Até 60 salários mínimos	Até 50%	Até 55
Dívidas rurais	Sem limite	Até 70%	Até 145

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

# Estados perdem R\$ 34 bi em arrecadação em 2020

**João Pedro Pitombo**

No ano marcado pela grave crise econômica decorrente da pandemia, os estados brasileiros registraram uma perda de R\$ 34,6 bilhões em arrecadação própria comparado ao ano anterior.

Levantamento da Folha com base nos relatórios de execução orçamentária aponta que 18 estados, além do Distrito Federal, registraram queda na arrecadação própria.

Ao todo, os estados tiveram uma receita com **impostos**, taxas e contribuições de R\$ 571,6 bilhões entre janeiro e dezembro de 2020, ante R\$ 537 bilhões no mesmo período de 2019, em valores atualizados pela **inflação**. Trata-se de uma queda de 6%.

Em geral, a retração na arrecadação foi compensada pelas medidas de suspensão temporária de dívidas e pelo auxílio financeiro aos estados concedidos pelo governo federal no pacote de enfrentamento à crise da pandemia.

De acordo com levantamento do economista do Insper e colunista da Folha Marcos Mendes, o socorro às 27 unidades da Federação chegou a R\$ 68 bilhões até setembro de 2020, sendo R\$ 16,1 bilhões em suspensão do pagamento de dívidas à União e R\$ 51,9 bilhões em repasses diretos.

O programa de socorro, contudo, apresentou resultados desiguais entre os estados, segundo estudo da Rede de Pesquisa Solidária. O levantamento reúne conclusões de pesquisadores de instituições como a Universidade de São Paulo, o Cebrap e a Fundação Getúlio Vargas.

A perda da receita das unidades da Federação foi resultado direto da queda da atividade econômica. O pico das perdas se concentrou em abril, maio e junho de 2020, meses em que a maioria dos estados adotou medidas restritivas para evitar a disseminação do novo coronavírus.

Nesse período, foi registrada forte perda de ICMS em comparação com o mesmo mês no ano anterior. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Ceará, que teve perda de 38% no ICMS em maio na comparação com o mesmo mês de 2019.

Em alguns estados, além da redução da atividade econômica, medidas como o parcelamento e descontos de **tributos** dados para alguns setores mais atingidos pela pandemia também impactaram a arrecadação, mas de maneira pontual.

Dentre as 27 unidades da Federação, o Ceará foi o estado que teve a maior queda de receita própria em 2020 (-6,8%).

O estado possui cerca de 70% da sua matriz econômica baseada no comércio, serviços e turismo, setores que foram os mais impactados pelo distanciamento social.

Dois fatores tornaram o cenário no Ceará ainda mais complicado: o primeiro foi o motim dos policiais, em fevereiro, que também impactou a atividade econômica. O segundo foi o colapso no sistema de saúde, em abril e maio, que forçou o estado a adotar medidas restritivas duras.

"A pandemia foi bastante agressiva no Ceará. As medidas adotadas limitaram a atividade empresarial porque houve a necessidade de colocar as pessoas em distanciamento. O impacto no comércio e serviços foi enorme", diz a secretária da Fazenda do Ceará, Fernanda Paeobahyba.

Ela ainda afirma que o estado vinha de uma base alta de arrecadação em 2019, ano em que registrou um desempenho acima do previsto. E destaca que, mesmo com as perdas, o Ceará conseguiu manter o nível de investimento em um patamar alto - foram investidos R\$ 1,8 bilhão em 2020.

A Bahia enfrentou um cenário semelhante, registrando uma queda real da arrecadação de 3,56% em 2020. O mês de maio foi o mais crítico, com uma redução de 30% na arrecadação do ICMS.

A recuperação veio no segundo semestre, puxada principalmente pelo dinheiro injetado na economia do com o auxílio emergencial. O benefício refletiu no desempenho do comércio, setor cuja arrecadação com ICMS fechou o ano com alta de 10,6%.

Por outro lado, houve perda na arrecadação em setores como serviços e indústria. A receita com a

indústria caiu 4,5%.

O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitorio, diz estar preocupado com o cenário econômico previsto para este ano, já que há incerteza quanto à continuidade do auxílio e de mecanismos de proteção do emprego. Para completar, o estado sofreu um baque com o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari.

"O ano de 2021 será ainda mais desafiador, já que o cenário econômico e social no país tende a se agravar, assim como permanece crescente a demanda por despesas de combate à pandemia, com forte impacto nos cofres estaduais."

Em Goiás, a queda real na arrecadação de **tributos** em 2020 foi de 4,52%, valor equivalente à **inflação** do ano anterior. Com os repasses de cerca de R\$ 2 bilhões do governo federal para o estado, além de cortes nas despesas, as finanças se mantiveram equilibradas. Os recursos que sobraram foram usados para quitar parte do déficit da Previdência em janeiro deste ano.

"Ficamos no zero a zero. Não tivemos um desempenho maravilhoso, mas também não tivemos perdas horríveis", diz a secretária da Economia de Goiás, Cristiane Schmidt, que destaca o papel do governo federal como determinante para melhoria da situação fiscal.

Para Schmidt, a vacinação deve ser encarada como prioridade máxima em 2021 para garantir a retomada da economia. Ela também defende a prorrogação do auxílio para os mais pobres, mas de uma forma fiscalmente responsável. "Ninguém quer que a União vá à bancarrota."

Na contramão da maioria das unidades da Federação, oito estados brasileiros registraram crescimento real na arrecadação em 2020: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e Alagoas.

Estados que têm a agropecuária como protagonista da economia tiveram melhor desempenho. Mato Grosso do Sul, por exemplo, teve um incremento de 10,7% na arrecadação de **tributos** em 2020.

O desempenho foi puxado por uma alta de 41% na arrecadação de ICMS na agropecuária e agroindústria. A pecuária, soja, milho, madeira e cana de açúcar são os carros-chefes da produção local.

"Esses segmentos tiveram um desempenho muito favorável no ano passado. Houve aumento no preço dos produtos, crescimento da área plantada e maior

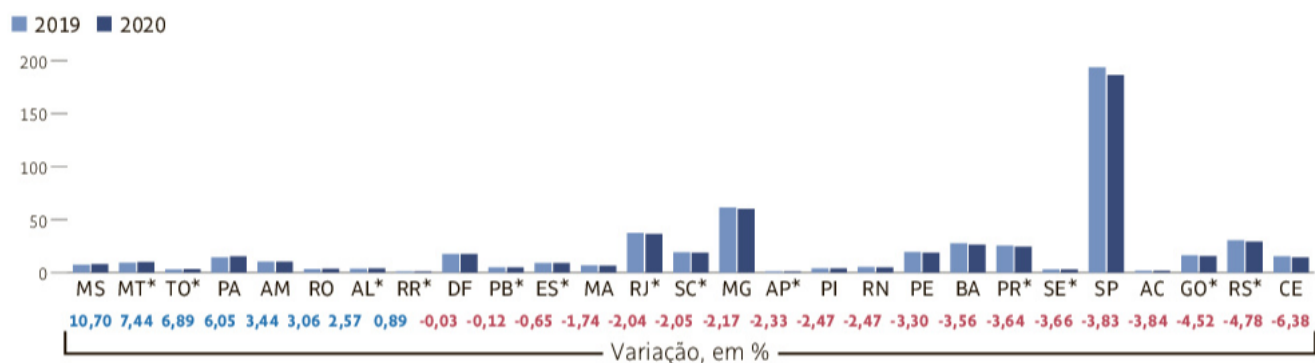
eficiência na produção", afirma Felipe Mattos, secretário da Fazenda de Mato Grosso do Sul.

O aumento na arrecadação fez com que o estado mantivesse o ritmo dos investimentos mesmo em meio à pandemia. Ao todo, foram investidos R\$ 901 milhões em obras e equipamentos no ano passado. Para 2021 e 2022, o governo estadual preparou um pacote de R\$ 3 bilhões em obras públicas.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

### Estados têm queda de arrecadação no 2020 da pandemia

Arrecadação tributária por estado, em R\$ bi



\*Repasse a municípios já está deduzido na arrecadação      \*\*Atualizado pelo IPCA de 01/2020 a 12/2020  
 Fonte: Governos Estaduais

# Força-tarefa de Curitiba é dissolvida

/ RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO

O Ministério Público Federal no Paraná anunciou ontem que a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba deixou de existir a partir de 1.º de fevereiro deste ano. Quatro de seus integrantes passarão a integrar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com mandatos até agosto de 2022, para garantir a continuidade das investigações em curso. Os casos que faziam parte do acervo da Lava Jato serão conduzidos por procuradores alocados no Gaeco, sem dedicação exclusiva.

A medida atende a uma portaria assinada em dezembro de 2020 pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A extinção do modelo de forças-tarefa é proposta pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, desde que ele foi alçado ao cargo, em setembro de 2019. Crítico da Lava Jato, Aras já declarou que iria impor uma "correção de rumos" nas forças-tarefa do Ministério Público, com a adoção de um novo modelo de investigação sem métodos "personalistas" nem "caixas-pretas".

Integrantes do MPF de diferentes alas avaliam que os movimentos de Aras expõem suas intenções de concentrar poder na cúpula da PGR, em uma ameaça à independência funcional dos procuradores.

A principal ofensiva de Aras sobre o modelo das forças-tarefa se deu em junho do ano passado, quando ele enviou a subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, chefe dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, a Curitiba para colher dados da operação.

Os procuradores da força-tarefa paranaense reagiram e, em nota enviada à PGR e à Corregedoria do órgão, manifestaram "estranhamento" pela "busca informal" de dados das investigações em curso.

Em julho, durante o plantão do STF, o ministro Dias Toffoli determinou às forças-tarefa da Lava Jato - em Curitiba, São Paulo e no Rio de Janeiro - que enviassem à PGR "todas as bases de dados estruturados e não estruturados utilizadas e obtidas em suas investigações".

Com o retorno das atividades do tribunal, entretanto, o ministro Edson Fachin - relator da ação - derrubou o entendimento de Toffoli, expondo as divisões internas do Supremo sobre os métodos de investigação da

Lava Jato.

No mês passado, durante café com jornalistas, Aras disse que o banco de dados da Lava Jato de Curitiba seria colocado à disposição de integrantes do MPF. Ainda em janeiro, ele assinou uma portaria que facilita o compartilhamento interno de informações no âmbito do MPF, inclusive os dados sigilosos levantados pelas forças-tarefa da Lava Jato.

Foi a primeira vez que PGR regulamentou o recebimento, armazenamento e compartilhamento de dados obtidos por procuradores. De acordo com a PGR, a medida "deve simplificar" o trabalho possibilitando "atuação mais célere e efetiva nas investigações, e otimizar a gestão do conhecimento dos dados recebidos pela instituição".

Legado. Desde março de 2014, a Lava Jato apresentou 130 denúncias que resultaram em 278 condenações, entre políticos - como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral - e grandes empresários, como Marcelo Odebrecht (mais informações nesta página).

Nos últimos anos, no entanto, a operação perdeu força e seus principais protagonistas deixaram a condução dos trabalhos.

Em setembro de 2018 o então juiz responsável pelos casos em primeira instância, Sérgio Moro, se aposentou para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública a convite do então presidente eleito Jair Bolsonaro. Em setembro de 2020, o procurador Deltan Dallagnol deixou a coordenação da Lava Jato de Curitiba alegando motivos pessoais.

"O legado da força-tarefa Lava Jato é inegável e louvável considerando os avanços que tivemos em discutir temas tão importantes e caros à sociedade brasileira", afirmou em nota o procurador Alessandro José de Oliveira. Ele assumiu a direção da força-tarefa em setembro seguirá como coordenador do núcleo da Lava Jato no Gaeco.

| Eduardo Cunha

O ex-deputado Eduardo Cunha e o ex-vice-governador do Distrito Federal Tadeu Filippelli foram alvo ontem de operação que apura esquema de propina para baixar **impostos** em combustíveis da aviação na capital federal.

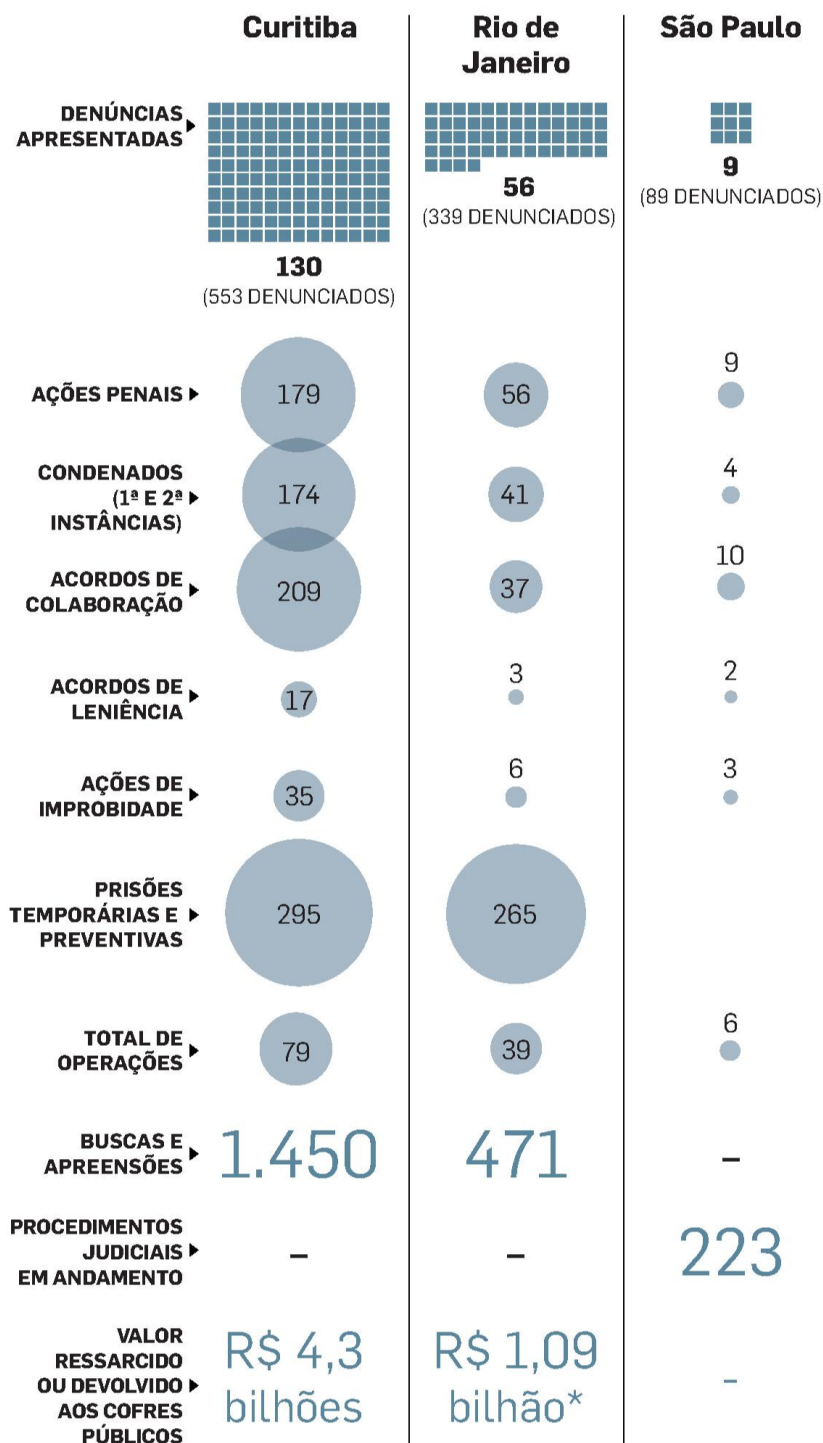


**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665)**

## BALANÇO

● Números da Operação Lava Jato, que teve início em março de 2014



OBS.: NÚMEROS SE REFEREM À OPERAÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

\*R\$ 945 MILHÕES DECORRENTES DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO E R\$ 145 MILHÕES DECORRENTES DE ACORDOS DE LENIÊNCIA

FONTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Pesquisadores do Ipea defendem o retomo do auxílio

**Lucianne Carneiro Do Rio**

Diante da continuidade da pandemia e da expectativa de aumento da pobreza no Brasil, o auxílio emergencial deveria ser retomado. Mais do que uma solução de curto prazo, no entanto, é necessária uma revisão da política social, que contemple uma redução mais consistente da pobreza no país, com um maior volume de recursos. A avaliação foi feita ontem pelos pesquisadores Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), e Pedro Ferreira de Souza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao participarem do evento virtual "Transferências de Renda, Trabalho e Pobreza", promovido pelo Ipea.

"O cenário para a população mais pobre não é nada favorável em 2021. Caso a renda do trabalho mantenha as tendências dos últimos meses, janeiro será um mês de grandes perdas. A pobreza e a desigualdade caíram muito, mas já voltaram a crescer e a pandemia não dá sinais de acabar", afirmou Daniel Duque. "Por isso, acho que o auxílio emergencial é necessário neste momento para ajudar as pessoas que precisam de alguma renda porque senão vão ter que buscar e se arriscar na aglomeração." Pelo seu cálculo, a pobreza extrema ficaria entre 10% e 15% em janeiro de 2021, enquanto a pobreza estaria entre 30% e 35%. Em 2019, as taxas eram de 9,6% e 25%, respectivamente.

Como forma de suavizar a transição entre o período com e sem auxílio emergencial, o economista é a favor da prorrogação do programa por três meses com valores decrescentes, de R\$ 300, R\$ 200 e R\$ 100, embora reconheça a dificuldade em razão da restrição fiscal. A proposta significaria um investimento total de R\$ 39 bilhões. Ele estima também que "checagem robusta" da base de beneficiados permitiria reduzir em até 5 milhões o público elegível ao benefício de 68 milhões de pessoas.

Pedro Ferreira de Souza também é a favor da volta do auxílio emergencial-que classifica como um programa muito bem-sucedido -, mas se diz preocupado com o cenário após o fim desta política. Ele reforça que a prioridade no momento é a recuperação da economia e que o auxílio tende a ser interrompido antes de crescimento econômico mais robusto, necessário para algum impacto na redução da pobreza.

"Em algum momento [o auxílio] vai ter que acabar, e provavelmente vai acabar antes de ter algum tipo de recuperação econômica que reponha todas essas perdas. Isso me gera muita preocupação em termos da proteção social dos grupos mais vulneráveis do Brasil", apontou.

Na sua avaliação, não faltam recursos para programas sociais no Brasil -já que o país arrecada o correspondente a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) em **impostos** -, mas não há prioridade política para a redução das desigualdades. "Não é exatamente falta de recursos, trata-se das escolhas de como isso é gasto, escolhas que são acumuladas ao longo do tempo", disse.

Estudo apresentado pelo pesquisador do Ipea mostrou a forte redução do orçamento do Bolsa Família nos últimos anos, facilitado pelo fato de não ser uma despesa obrigatória. Sua estimativa é de que, para acabar com a pobreza no país, seria necessário um montante de R\$ 70 bilhões para o Bolsa Família. Em 2019, o orçamento do programa ficou em R\$ 32 bilhões.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

# Governo apresenta 35 propostas prioritárias

**Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Matheus Schuch De Brasília**

O governo Jair Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional ontem um amplo leque de 35 projetos de lei ou propostas de emendas constitucionais (PECs) considerados "prioritários" para o Executivo, que englobam os mais variados assuntos tanto na pauta econômica como na de costumes, mas sem indicar nenhuma ordem preferencial ou de urgência. Em contrapartida, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ofereceram uma agenda menor que destaca a vacinação contra a covid-19 e o auxílio emergencial como um dos focos do Parlamento, mas deixa de lado temas como a privatização de estatais.

O encontro entre o presidente da República e os novos chefes do Legislativo aconteceu no Palácio do Planalto, pela manhã, num clima ameno e de receptividade que há algum tempo não se via. Antes de atravessarem a Praça dos Três Poderes, Lira e Pacheco fizeram um pronunciamento à imprensa no qual fizeram questão de enfatizar a pacificação como um dos objetivos no horizonte dos dois mandatos.

"Há a busca de um alinhamento comum. É o início de uma caminhada em conjunto da Câmara e do Senado para apresentar soluções efetivas aos problemas do Brasil. Atuaremos juntos para a pacificação das instituições", explicou Pacheco. A fala contrastou com os atritos que marcaram as relações entre Presidência e Câmara dos Deputados.

Após se encaminharem para a sede do governo, o tom de proximidade ficou ainda mais evidente. Os três se posicionaram lado a lado e, antes de iniciar o pronunciamento, Bolsonaro chegou a sussurrar a Lira e Pacheco que cada um deveria falar por 30 segundos. Além de citar a pauta, o presidente garantiu que a relação se dará em clima de harmonia. Ele ressaltou também que o diálogo não começou hoje, mas na campanha para eleição do Legislativo - tanto o presidente da Câmara como o do Senado receberam suporte governista durante a eleição interna. Pacheco, por sua vez, repetiu que pretende trabalhar na "linha de pacificação e harmonia" com o Executivo, mas também acrescentou que irá buscar resguardar a independência entre os Poderes".

Na conversa, além dos 35 itens, Bolsonaro pediu também uma estratégia para a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) até o meio de março, "para

que o governo federal consiga honrar com seus compromissos", além de uma atenção ao projeto de privatização da Eletrobras.

Obtida pelo Valor, a planilha que reúne todas essas proposições foi elaborada pela Secretaria de Governo da Presidência. A explicação oficial para o fato de a lista não especificar os itens mais urgentes é que isso ainda será negociado pelos líderes do governo junto à base aliada e às bancadas do Parlamento. Apesar disso, os únicos projetos em comum nas duas agendas, do Legislativo e Executivo, são as reformas administrativa e tributária e as três PECs do programa Mais Brasil-a Emergencial, dos Fundos e do Pacto Federativo.

A agenda econômica do Palácio do Planalto traz, por exemplo, o projeto que autoriza o uso do saldo financeiro de fundos públicos para pagar a conta das ações de combate a covid-19. Além disso, cita projetos já aprovados no Senado, e que dependem de análise da Câmara, como a Lei do Gás, a regulamentação do teto remuneratório do funcionalismo público e a BR cio Mar (cabotagem).

Na pauta de costumes, as armas ganharam atenção especial: o governo pediu a aprovação, por exemplo, do projeto que modifica as regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo, assim como solicitou análise da proposta que amplia a lista de categorias que terão direito a porte de armas, para determinar quais são as normas aplicáveis a militares em situações de Garantia de Lei e Ordem (GLO).

Ainda na questão dos costumes, o governo incluiu a discussão sobre o projeto que cria o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e). Apesar de a matéria ser relativa ao transporte rodoviário, ela beneficia principalmente os caminhoneiros, categoria que é parte importante da base eleitoral do governo.

Por outro lado, ficaram de fora da agenda do Executivo bandeiras como a PEC do Voto Impresso, amplamente defendida pelo presidente e seus seguidores, a PEC da prisão em segunda instância, que sempre foi pauta dos eleitores "lavajatistas", e, por último, a proposta que acaba com o foro privilegiado. Na prática, esta matéria exclui o mecanismo, chamado tecnicamente de "foro especial por prerrogativa de função", para autoridades que cometerem crimes comuns. Ele só seria preservado para o presidente e o vice-presidente da República, para o chefe do Judiciário e para os presidentes da Câmara e do

Senado.

Do lado do Congresso, no entanto, o tema que pode incomodar a equipe econômica é o auxílio emergencial. Ao anunciar as prioridades do Legislativo, Pacheco e Lira enfatizaram a necessidade de um benefício para os mais pobres, como forma de compensar a estagnação econômica gerada pela pandemia no País. Ainda assim, o texto elaborado pelos dois presidentes ressalta que essa busca será feita com "respeito ao teto de gastos". Neste sentido, Câmara e Senado se comprometem com "o enfrentamento da pandemia", "a criação de possibilidade de maior oferta de vacinas" e "a retomada da normalidade do País".

A declaração conjunta não citou, porém, um dos pilares da agenda do ministro Paulo Guedes: as privatizações. A desestatização da Eletrobras está na Câmara desde 2019 sem avançar.

A equipe econômica segue trabalhando nas propostas que alteram apenas **tributos** federais. A ideia é centrar fogo na reforma do PIS-Cofins. Outra medida que pode avançar é a redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), ao mesmo tempo em que aumenta a taxa sobre dividendos. (Colaborou Lu Aiko Otta)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

# Bolsonaro prioriza ameaça aos povos indígenas com projeto que libera mineração

**Larissa Rodrigues**

O ano começa com uma nova ameaça aos povos indígenas. O presidente da República acaba de combinar com o recém-empossado presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a priorização da votação do projeto de lei que libera a mineração em terras indígenas.

Em fevereiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro apresentou o projeto de lei 191 a fim de liberar as terras indígenas para a exploração mineral e, desde então, vem pressionando pela sua aprovação.

Garimpeiros e empresários que se beneficiam da mineração na Amazônia estão entre os convidados que circulam com desenvoltura pelo Palácio do Planalto, articulando com o governo a liberação de suas operações, hoje ilegais.

Por trás dessa pressão está o interesse daqueles poucos que se beneficiam com a atividade, já que a mineração na Amazônia não traz bem-estar para a população.

Estudo recente do Instituto Escolhas, chamado "Qual o real impacto socioeconômico da extração de ouro e diamantes na Amazônia?" confirmou o que já era possível ver na prática: a extração de ouro não é capaz de melhorar indicadores de desenvolvimento, como a saúde, a educação e o **PIB** per capita dos municípios da região.

O trabalho mostra que o efeito sobre esses indicadores é temporário, dura no máximo cinco anos, e depois desaparece. Além disso, a extração de minérios deixa um rastro de destruição social e ambiental, que fica para sempre, como a contaminação de rios e pessoas por mercúrio, o desmatamento, a violência, o trabalho escravo, a prostituição e a sonegação fiscal.

Fica comprovado que a defesa que Bolsonaro faz de que a mineração leva riqueza para a região não se sustenta. A exploração de ouro não consegue mudar a dinâmica econômica na Amazônia, que acaba sendo baseada na usurpação dos recursos naturais, mantendo a população pobre, doente e sem educação.

Também não é novidade que a ilegalidade toma conta da extração de ouro na Amazônia, com vínculos com o crime organizado, o que aumenta a violência. Exemplo disso é a operação conjunta do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, chamada Dilema de Midas, que apurou, entre 2015 e 2018, um esquema de compra de 611 quilos de ouro de origem ilegal.

Hoje, o ouro é retirado de terras indígenas e unidades de conservação por milhares de garimpeiros, que permanecem nessas áreas sem nenhum controle.

Como grande parte do ouro produzido no país é direcionada ao mercado externo, estamos também convivendo com o risco de contaminação das exportações brasileiras do minério, que aumentaram 18% no ano passado.

Para acabar com a ilegalidade na cadeia do ouro no Brasil e a ameaça que a mineração impõe às terras indígenas, é necessário que a prioridade de Bolsonaro e de Lira se concentre no combate aos crimes ambientais na Amazônia, que hoje começam a prejudicar as exportações do país, inclusive as do agronegócio.

Hoje não é possível saber se o ouro que está no mercado tem origem legal ou se está contaminado pelo sofrimento e pela miséria de quem vive na Amazônia.

Larissa Rodrigues, gerente de Projetos e Produtos do Instituto Escolhas

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



**[...]**

**Garimpeiros e empresários que se beneficiam da mineração na Amazônia estão entre os convidados que circulam com desenvoltura pelo Palácio do Planalto, articulando com o governo a liberação de suas operações, hoje ilegais**

# Capitais dão incentivo no pagamento do IPTU para reforçar o caixa

**Marta Watanabe De São Paulo**

As capitais ampliaram ou mantiveram incentivos para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em 2021, principalmente para estimular a antecipação no recolhimento à vista. Os descontos para pagamento antecipado chegaram a 20%, caso de Campo Grande (MS).

Em Natal (RN), a redução de 16% valeu para quem está em dia com o tributo. Em Porto Alegre houve abatimento de 10% para quem adiantou pagamento. Em Belo Horizonte, o desconto para pagamento antecipado em parcela única foi ampliado de 5% para 6%. São Paulo manteve o desconto de 3% para pagamento antecipado e deixou de reajustar o imposto pela inflação.

Os incentivos, diz Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), refletem a sensibilidade dos municípios num momento em que o recrudescimento dos casos de covid-19 traz receio em relação ao desempenho de receitas do ano. Em 2020, lembra ele, as prefeituras tiveram frustração na arrecadação do imposto. Dados de 18 capitais que já entregaram relatórios ao Tesouro Nacional mostram que o recolhimento de ISS somou nesses municípios R\$ 21,94 bilhões no ano passado, com alta nominal em relação a 2019 de 1,8%, taxa abaixo da inflação de 4,5% pelo IPCA.

Esse dado, diz Perre, é um indício de que a arrecadação do IPTU rompeu a tendência de ganhos reais médios verificada desde 2017. Em 2019, por exemplo, a alta foi de 7,7% reais. Naquele ano, a receita do imposto chegou a R\$ 50 bilhões, considerando 5.568 municípios do país.

A expectativa de continuidade da evolução anterior indica em 2020 uma frustração total de cerca de R\$ 4 bilhões, caso a arrecadação total de IPTU tenha pelo menos acompanhado a inflação. Os valores incluem a arrecadação do IPTU que está na dívida ativa.

Porto Alegre foi uma exceção à tendência da média das capitais. A arrecadação do IPTU no município em 2020 cresceu 14,2% contra 2019. Rodrigo Fantinel, secretário de Fazenda da capital gaúcha, explica que esse salto se deu porque 2020 foi o primeiro ano de cobrança do imposto com base na atualização da

planta genérica de valores realizada em 2019. Em 2021 o imposto ainda refletirá parte dessa atualização, já que o reajuste tem impacto anual limitado a 20% e foi parcelado em seis anos. Assim como em períodos anteriores, o imposto de Porto Alegre de 2021 foi reajustado pela inflação.

Apesar de ter sido importante para a arrecadação do IPTU no ano passado, a nova administração de Porto Alegre pretende suspender a partir de 2022 os reajustes baseados na planta de valores, como forma de estimular a retomada de atividade. Para isso, diz ele, deve ser enviado um projeto de lei à Câmara dos Vereadores.

O que também ajudou a engordar o IPTU arrecadado no ano passado foi o pagamento antecipado do imposto devido em 2021, diz Fantinel. O desconto de 10% no pagamento à vista venceu em 5 de janeiro, mas parte dos contribuintes recolheu o imposto antecipado ainda em dezembro.

Em São Paulo a prefeitura deixou de corrigir pela inflação o IPTU devido em 2021 e manteve o desconto de 3% no pagamento à vista em fevereiro. O imposto lançado não repetiu o mesmo valor nominal do ano passado para imóveis que ainda estão submetidos aos reajustes da atualização da planta genérica de valores de 2014. Na capital paulista o reajuste por essa atualização está limitado a 10% para imóveis residenciais e 15% para não residenciais.

Há outras situações que também resultaram em reajuste do IPTU de 2021 em São Paulo. É o caso de imóveis que tiveram valores reajustados por fiscalização ou ampliação de área construída, que passaram por reforma ou que perderam algum desconto do imposto ou isenção.

A Secretaria da Fazenda da capital paulista informa que os imóveis com algum tipo de reajuste por qualquer uma das razões são cerca de 1,3 milhão, ou 37,5% do total de imóveis do município. Eles respondem por 39,1% da estimativa de arrecadação de IPTU para 2021, que é de R\$ 10,96 bilhões. No ano passado a arrecadação do IPTU no município de São Paulo somou R\$ 10,77 bilhões, com alta nominal de 3,6% contra 2019.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

# Urgência de reformas, benefício e limitação do teto de gasto - PALAVRA DO GESTOR

**Rafaela Vitória**

O ano de 2021 começou, ainda não temos o orçamento público aprovado, e muitas dúvidas preocupam os investidores. Afinal, como conciliar a necessidade de combater a pandemia, estimular a recuperação e, ao mesmo tempo, cumprir as leis de responsabilidade fiscal e do teto de gastos para se ter uma perspectiva sobre o rumo da dívida pública? A resposta passa pelas escolhas políticas.

O problema fiscal brasileiro está relacionado ao crescimento contínuo das despesas públicas que, ao longo dos últimos 30 anos, foi coberto com aumento de **impostos** e da dívida. A situação atual foi agravada pela crise causada pela pandemia que, somente em 2020, resultou em déficit primário de 9% e elevou a dívida bruta de 74% a 88% do **PIB**.

As limitações sobre o tamanho da carga tributária no Brasil já são debatidas há algum tempo. Com um total de **impostos** que chega a um terço do **PIB** - sendo 20% somente na esfera federal -, o Brasil não tem mais espaço para um novo aumento de carga tributária-inclusive, um bom exemplo é a enorme rejeição à recriação da CPMF.

A nova discussão hoje se faz em torno do limite do tamanho da dívida. Comparações com países desenvolvidos, que possuem relação dívida/**PIB** acima de 100%, não são apropriadas, considerando nossas condições econômicas e institucionais. Enquanto o Brasil tem uma dívida bruta próxima de 90% do **PIB**, emergentes comparáveis têm endividamento mais próximo de 60%.

Além do esgotamento de como financiar gastos crescentes, a distribuição do orçamento brasileiro possui várias distorções. O setor público gasta muito - e gasta mal. Mas essa discussão sobre como são distribuídas as despesas brasileiras é recente, e um importante instrumento que trouxe esse debate à tona foi a lei do teto de gastos (PEC 241), aprovada em 2016 e incorporada à Constituição.

Apesar de críticas sobre sua viabilidade, é inegável os benefícios que a lei trouxe nos últimos anos. Nunca se debateu ou mesmo se aprovou tantas reformas como entre 2016 e 2019, incluindo a tão necessária reforma da Previdência, que estabeleceu idade mínima para

aposentadoria e conteve o crescente gasto com benefícios previdenciários.

Com a grave crise causada pela pandemia em 2020, o estado de calamidade aprovado pelo Congresso permitiu o aumento de gastos extraordinários. A pandemia também ressaltou a necessidade de se criar políticas públicas de auxílio social mais eficientes, e aí nos deparamos com as restrições orçamentárias de 2021.0 atraso na aprovação de reformas fez com que o limite do teto de gastos chegasse antes do previsto e, já neste ano, não há mais espaço para cortes nas despesas discricionárias.

As soluções passam pelo andamento mais ágil da agenda de reformas. A PEC Emergencial, por exemplo, pode contribuir para conter o aumento de despesas em 2021 e 2022, congelando novas contratações e salários no serviço público e até permitindo a redução de jornada -ação bastante razoável considerando a estabilidade que o setor oferece mesmo em período de crise. Uma extensão do auxílio emergencial ou uma ampliação do programa Bolsa Família também poderiam ser viáveis com o remanejamento de outros programas sociais menos eficientes. No médio prazo, a reforma administrativa é fundamental, ainda mais considerando as mudanças que foram aceleradas com a pandemia, como os avanços em tecnologia da informação (TI) e os novos hábitos digitais. A máquina pública tem potencial para ser bem mais eficiente.

Uma sinalização de orçamento que cumpre as atuais regras fiscais, sem a criação de novas despesas permanentes, tem uma importante contribuição para o cenário econômico: a redução do custo da dívida. Como observado ao longo dos últimos meses, uma expectativa de gastos sob controle melhora a previsibilidade da trajetória da

dívida brasileira e pode reduzir seu custo, em parte atrelado a taxas de juros de mercado e em parte indexado à **inflação** - ambos indicadores que podem ter uma deterioração significativa caso o governo opte por uma mudança na política econômica que inclua crescimento de gastos sem fonte apropriada de receita.

A despesa nominal com juros em 2020 foi 15% menor que em 2019, mesmo com o crescimento de dívida. Já

a manutenção da atual âncora fiscal sinaliza para os investidores que o processo de consolidação das contas públicas terá continuidade, e o resultado pode ser uma nova redução nas despesas com juros, contribuindo por sua vez para o necessário ajuste fiscal.

Por outro lado, voltar com programas assistenciais sem contrapartida pode ter um efeito perverso ao longo dos próximos meses. A perda da estabilidade financeira, com novas altas cambiais e novo aumento da **inflação**, pode resultar em juros mais elevados. Não somente teremos maiores despesas de juros, mas a economia pode crescer menos, impactando a arrecadação e deteriorando ainda mais a situação fiscal. Em nossas simulações, o cenário pode ser de um déficit nominal indo de 6% para 10% no ano.

Como visto ao longo dos últimos anos, a aprovação de reformas não é trivial. Pacotes que incluem cortes de gastos, sejam eles subsídios, benefícios ineficientes ou até mesmo super salários, são bastante impopulares entre a classe política devido a fortes pressões que os setores beneficiados exercem. Mas o problema futuro, que foi sim debatido em 2016 quando a lei do teto foi aprovada, chegou e não sobraram soluções fáceis. A credibilidade fiscal requer medidas que permitam a manutenção do teto de gastos no curto prazo e reformas estruturais para o equilíbrio de longo prazo.

Rafaela Vitoria, CFA, é economista-chefe do Inter e professora da PUC e da Fundação Dom Cabral E-mail: [rafaela.vitoria@bancointer.com.br](mailto:rafaela.vitoria@bancointer.com.br)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Indicação de Kicis para chefia da CCJ abre crise na Câmara

Num primeiro sinal de instabilidade na aliança entre centrão e o bolsonarismo, a disputa pelo comando da principal comissão da Câmara causou fissuras dos dois lados.

A indicação da deputada Bia Kicis (PSL-DF), aliada fiel do presidente Jair Bolsonaro, para a presidência da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) sofre resistência até mesmo no grupo que alçou Arthur Lira (PP-AL) à presidência da Câmara.

O receio é que a deputada, da ala ideológica, não tenha a postura moderada esperada para o comando da comissão por onde passam, por exemplo, a análise da legalidade de projetos de lei, todas as PECs (propostas de emenda à Constituição), além de temas de direito civil e penal, e pedidos de impeachment.

A Câmara tem 25 comissões permanentes. Tradicionalmente, elas são divididas entre os partidos considerando o peso de cada um na formação da Câmara logo após a eleição de 2018.

Maiores bancadas, PSL e PT devem, portanto, ficar com três colegiados cada um. Cinco partidos devem presidir duas comissões cada: MDB, PP, PR, PSB e PSD.

Embora o governo Bolsonaro tenha atuado para fortalecer a campanha de Lira, que venceu a eleição nesta segunda-feira (1º), aliados do presidente da Câmara já começaram a articular uma candidatura para derrotar Bia Kicis na CCJ.

A indicação também é criticada pela oposição ao governo e partidos independentes, como PSDB e MDB. Nesse cenário, o acordo para entregar a CCJ ao PSL pode ser revisto.

A antiga legenda de Bolsonaro tem prioridade para comandar a comissão por ter sido a maior legenda do maior bloco partidário no início da legislatura, em 2019.

No entanto não há impedimento para que outro deputado concorra à vaga, levando a decisão para votação entre os membros do colegiado. A eleição é secreta, sem a divulgação dos votos.

O movimento contra a escolha da deputada

bolsonarista envolve inclusive integrantes do PP, partido de Lira, e o Republicanos, sigla que deve ganhar a pasta da Cidadania na reforma ministerial planejada pelo governo.

Essas legendas fazem parte do centrão -grupo que se aproximou de Bolsonaro após a liberação de cargos públicos e emendas.

"O acordo é para a deputada Bia Kicis presidir a CCJ, mas ela tem de tirar esse receio da comissão. Hoje, a eleição dela teria dificuldade", disse o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), aliado de Lira.

Segundo ele, o PL quer cumprir o acordo, mas a resistência à indicada do PSL viria de outros partidos. A oposição tenta impedir uma vitória da bolsonarista.

Em uma rede social, a líder do PC do B na Câmara, Perpétua Almeida (AC), afirmou que a CCJ exige equilíbrio, "qualidade impossível de encontrar em Bia Kicis, negacionista da extrema direita ideológica".

A instalação da CCJ, assim como de outras comissões, só deve ocorrer em março. A divisão de quais partidos vão comandar cada colegiado ainda vai ser feita, mas a disputa da principal comissão já começou.

Ainda se busca um cotado para disputar a vaga com Kicis, pois os deputados citados até agora -Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) e Margarete Coelho (PP-PI)- não decidiram embarcar na briga.

Margarete fez a interlocução entre a campanha de Lira e a bancada feminina. A proximidade dela com o presidente da Câmara poderia gerar atritos entre Lira e o governo Bolsonaro.

Até o momento, um dos nomes que se prontificaram a disputar a CCJ com a aliada de Bolsonaro foi o do deputado Bacelar (Podemos-BA). "Precisamos de equilíbrio aqui nesta Casa. Chega de disputas acirradas, conflitos e pressões do governo", afirmou, em nota.

Kicis é uma das bolsonaristas investigadas no inquérito das fake news, que corre no STF (Supremo Tribunal Federal) e apura ataques aos ministros da corte.



Na pandemia, ela colecionou publicações nas redes sociais contra o uso de máscaras e medidas de distanciamento social. A deputada é procuradora aposentada.

A indicação dela fez parte de uma costura do presidente do PSL, Luciano Bivar (PE), para ficar com a 1ª secretaria da Câmara. O cargo equivale a uma "prefeitura da Casa".

Kicis presidiria a CCJ e Major Vitor Hugo (PSL-GO) passaria a liderar o partido caso concordassem com o nome de Bivar para a 1ª secretaria. A ala bivarista, porém, já trabalha com algumas opções para o colegiado, como Delegado Waldir (GO) e Daniel Freitas (SC).

O último presidente da CCJ foi Felipe Francischini (PSL-PR), que se aliou a Bivar na briga com Bolsonaro que rachou o PSL. Ele é considerado moderado.

Antes das comissões permanentes, deve ser instalada nesta ou na próxima semana a CMO (Comissão Mista de Orçamento), formada por deputados e senadores. É a responsável por analisar o Orçamento de 2021, que deveria ter sido aprovado no ano passado.

No Senado, o comando da CCJ deve ficar com Davi Alcolumbre (DEM-AP). O ex-presidente da Casa queria ficar com a primeira vice-presidência, mas recuou após a disputa envolvendo as duas maiores bancadas, PSD e MDB.

Como articulador da candidatura do atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Alcolumbre havia prometido o mesmo cargo às duas bancadas. A situação então acabou sendo decidida no voto em plenário, com a ameaça de rebelião do MDB.

Alcolumbre passou a articular sua ida para a CCJ, que nos últimos anos vinha sendo comandada pelo MDB - a maior bancada da Casa, com 15 senadores. O interesse do ex-presidente deve gerar atritos com o MDB.

O PSD, segunda maior bancada, com 11 parlamentares, deve ficar com o comando de outras duas comissões importantes: a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). O nome do partido para a CAE deve ser o senador Otto Alencar (BA).

Criticada por apoiar o candidato de Bolsonaro no Senado, o PT acabou ampliando a sua participação na Mesa e nas comissões. A legenda ficou com a terceira secretaria e deve ganhar duas comissões.

A bancada comandava a Comissão de Direitos Humanos, com Paulo Paim (PT-RS). Para os próximos dois anos, o partido deve colocar no posto o senador Humberto Costa (PT-PE), e ainda levar a Comissão de Meio Ambiente.

Thiago Resende , Danielle Brant , Ranier Bragon , Julia Chaib e Renato Machado

**Site:**

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49427&\\_ga=2.99906462.1256461116.1612327964-429082973.1562671609&\\_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6427857&pd=11f741cbd0eab76aa26084654e2c8afa](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49427&_ga=2.99906462.1256461116.1612327964-429082973.1562671609&_mather=0c0cea3693f56ac4&anchor=6427857&pd=11f741cbd0eab76aa26084654e2c8afa)

# Bolsonaro cobra fatura por apoio a Lira e Pacheco

**BRUNO GÓES, NATÁLIA PORTINARI E DANIEL GULLINO**

Depois de se empenhar na eleição dos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prometendo liberação de verbas e negociando cargos, o presidente Jair Bolsonaro apresentou ontem a fatura. Na lista de projetos prioritários que o governo quer ver aprovados este ano estão a flexibilização da posse e do porte de armas; o homeschooling (educação domiciliar) e a liberação de mineração em terras indígenas. Esses temas são caros à base bolsonarista e integram a chamada pauta de costumes.

A lista foi entregue por Bolsonaro a Lira e Pacheco em reunião na manhã de ontem no Palácio do Planalto. À tarde, o presidente leu a mensagem do Executivo ao Congresso na abertura do ano legislativo.

No rol de prioridades de Bolsonaro também estão transformar pedofilia em crime hediondo, incluir na lei de drogas a tipificação de corrupção de menores, e regularizar terras na Amazônia.

- Entregamos mais títulos de propriedade rural nesses dois primeiros anos do que nos 14 anos do governo anterior. Nós tratamos os homens do campo com responsabilidade - discursou Bolsonaro, sendo aplaudido pelos presentes no plenário da Câmara.

Especialista em regularização fundiária, a pesquisadora Brenda Brito, do Imazon, disse à colunista Míriam Leitão, porém, que houve na verdade um apagão fundiário em 2019:

- Caiu de uma média de 3.000 títulos por ano para apenas seis. Conseguimos esses dados pela Lei de Acesso à Informação. Pedimos novamente este ano e temos apenas até maio, porque o prazo ainda não se encerrou.

A defesa da pauta de costumes é uma forma de Bolsonaro justificar para sua base mais ideológica a aliança com o Centrão. O grupo foi criticado por ele na campanha eleitoral de 2018, retratado como símbolo do fisiologismo e exemplo de cenário que seria mudado com sua chegada à Presidência da República.

O presidente do Senado afirmou que as sugestões apresentadas serão avaliadas pelo colégio de líderes de cada Casa:

-Submeteremos aos nossos respectivos colégios de líderes, senadores e deputados, para que possamos apreciar a viabilidade da inclusão em pauta de cada um desses projetos.

Já Arthur Lira defendeu "muito diálogo" entre os Poderes para manter um clima de "normalidade":

-Vamos manter um clima harmônico, de muito trabalho, de muito diálogo e de muita responsabilidade esse ano, para minimizar todos os efeitos danosos e produzir um clima absolutamente de normalidade e progressivo trabalho no Brasil.

ACOTADEALCOLUMBRE

Não é só Bolsonaro que está cobrando reciprocidade. O ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), fiel ao governo nos últimos dois anos, negocia a nomeação de um senador para o Ministério. Em conversas com aliados, ele manifestou a vontade de indicar Nelsinho Trad (PSD-MS), atual líder do PSD no Senado. Foram colocadas na mesa as possibilidades de que ele ocupe a pasta de Minas e Energia ou Desenvolvimento Regional.

O próprio Alcolumbre chegou a ser cotado para ministro, mas recuou porque deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) neste ano. Em conversa com o governo, ele expôs a insatisfação de diversos senadores com o fato de não haver um representante da Casa na Esplanada dos Ministérios.

Procurado, Nelsinho Trad disse que há "um longo oceano" até uma potencial indicação, já que o assunto deve ser debatido com seus colegas de partido. Segundo ele, não houve nenhuma sondagem do governo federal.

-Passa por uma avaliação da bancada do Senado, dos outros pares, porque eu estaria indo na cota do Senado, e também por uma discussão dentro do partido, do PSD. A gente não é dono da vontade da gente mesmo.

Também disse que não há uma negociação sobre um

ministério específico e elogiou a gestão de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional.

- É um dos ministros mais admirados e conceituados dentro do Senado.

Passada a eleição no Congresso, Bolsonaro planeja uma **reforma ministerial** para as próximas semanas. Auxiliares do governo confirmaram ao GLOBO que devem receber indicações de Alcolumbre e de outros parlamentares. Bolsonaro, porém, ainda não bateu o martelo sobre qual será a nova configuração de seus ministérios.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Bolsonaro quer um deputado e um senador como ministros

**Vandson Lima e Renan truffi De Brasília**

O presidente Jair Bolsonaro pretende indicar, pelo menos, um deputado e um senador com mandato para serem ministros do seu governo, dentro das alterações que quer promover na reforma ministerial.

As mudanças na Esplanada devem ocorrer, contudo, a conta-gotas, para evitar a percepção de que o governo cedeu ao "toma-lá-dá-cá", repudiado pelos seguidores do presidente, e está pagando a fatura da bem-sucedida operação política que elegeu os presidentes da Câmara e do Senado.

Bolsonaro tem encontro marcado hoje com o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP). O senador, contudo, não deve se tornar um desses ministros. Ele pretende comunicar Bolsonaro que assumirá o comando da poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, de onde poderá "dar sua contribuição "ao governo.

Interlocutores, contudo, admitem que é uma situação delicada para Alcolumbre, pois nunca é fácil declinar do convite do presidente da República. O senador do DEM já chegou a sinalizar em outros momentos disposição de compor o governo, especialmente se fosse indicado para chefiar o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). De toda forma, ele será uma voz decisiva na escolha de Bolsonaro do senador que assumirá um ministério.

O primeiro movimento no xadrez ministerial deverá ser o retorno do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, ao Palácio do Planalto, exatamente um ano depois de sua saída da Casa Civil. Onyx assumirá o lugar de Jorge Oliveira, que foi para o Tribunal de Contas da União (TCU), na Secretaria-Geral da Presidência.

Responsável pelo gerenciamento de programas sociais, como o Bolsa Família, a pasta da Cidadania é muito visada por parlamentares e estaria prometida para o Republicanos, abrigando provavelmente um deputado, segundo fontes do governo.

A sigla abriga o senador Flávio Bolsonaro (RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (RJ), filhos do presidente. O Republicanos renunciou a uma vaga na mesa diretora da Câmara e cedeu ao bloco de Baleia Rossi (MDB-SP) para apressar a solução de um impasse na

distribuição de postos na Casa.

Há também a possibilidade de que o Ministério da Saúde volte para as mãos do PP. O mais cotado seria o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PR), que já comandou a mesma área na gestão Michel Temer.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186665?page=10&section=1)

# Após distribuir emendas e cargos, Bolsonaro cobra fatura ao Congresso. Entenda a estratégia

**Bruno Góes, Natália Portinari e Daniel Gullino**

Presidente JAir Bolsonaro com Arthur Lira que é o novo Presidente da Camara Fedral e o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco durante a entrega de termo de compromisso no Palácio do Planalto Foto: Pablo JAcob / Agencia O GLobo

BRASÍLIA - Depois de se empenhar na eleição dos novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prometendo liberação de verbas e negociando cargos, o presidente Jair Bolsonaro apresentou ontem a fatura. Na lista de projetos prioritários que o governo quer ver aprovados este ano estão a flexibilização da posse e do porte de armas; o homeschooling (educação domiciliar) e a liberação de mineração em terras indígenas. Esses temas são caros à base bolsonarista e integram a chamada pauta de costumes.

A lista foi entregue por Bolsonaro a Lira e Pacheco em reunião na manhã de ontem no Palácio do Planalto. À tarde, o presidente leu a mensagem do Executivo ao Congresso na abertura do ano legislativo.

No rol de prioridades de Bolsonaro também estão transformar pedofilia em crime hediondo, incluir na lei de drogas a tipificação de corrupção de menores, e regularizar terras na Amazônia.

- Entregamos mais títulos de propriedade rural nesses dois primeiros anos do que nos 14 anos do governo anterior. Nós tratamos os homens do campo com responsabilidade - discursou Bolsonaro, sendo aplaudido pelos presentes no plenário da Câmara.

Especialista em regularização fundiária, a pesquisadora Brenda Brito, do Imazon, disse à colunista Míriam Leitão, porém, que houve na verdade um apagão fundiário em 2019:

- Caiu de uma média de 3.000 títulos por ano para apenas seis. Conseguimos esses dados pela Lei de Acesso à Informação. Pedimos novamente este ano e temos apenas até maio, porque o prazo ainda não se encerrou.

A defesa da pauta de costumes é uma forma de Bolsonaro justificar para sua base mais ideológica a aliança com o Centrão. O grupo foi criticado por ele na campanha eleitoral de 2018, retratado como símbolo do fisiologismo e exemplo de cenário que seria mudado com sua chegada à Presidência da República.

O presidente do Senado afirmou que as sugestões apresentadas serão avaliadas pelo colégio de líderes de cada Casa:

- Submeteremos aos nossos respectivos colégios de líderes, senadores e deputados, para que possamos apreciar a viabilidade da inclusão em pauta de cada um desses projetos .

Já Arthur Lira defendeu "muito diálogo" entre os Poderes para manter um clima de "normalidade":

- Vamos manter um clima harmônico, de muito trabalho, de muito diálogo e de muita responsabilidade esse ano, para minimizar todos os efeitos danosos e produzir um clima absolutamente de normalidade e progressivo trabalho no Brasil.

A cota de Alcolumbre

Não é só Bolsonaro que está cobrando reciprocidade. O ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), fiel ao governo nos últimos dois anos, negocia a nomeação de um senador para o Ministério. Em conversas com aliados, ele manifestou a vontade de indicar Nelsinho Trad (PSD-MS), atual líder do PSD no Senado. Foram colocadas na mesa as possibilidades de que ele ocupe a pasta de Minas e Energia ou Desenvolvimento Regional.

O próprio Alcolumbre chegou a ser cotado para ministro, mas recuou porque deve presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) neste ano. Em conversa com o governo, ele expôs a insatisfação de diversos senadores com o fato de não haver um representante da Casa na Esplanada dos Ministérios.

Procurado, Nelsinho Trad disse que há "um longo oceano" até uma potencial indicação, já que o assunto

deve ser debatido com seus colegas de partido. Segundo ele, não houve nenhuma sondagem do governo federal.

- Passa por uma avaliação da bancada do Senado, dos outros pares, porque eu estaria indo na cota do Senado, e também por uma discussão dentro do partido, do PSD. A gente não é dono da vontade da gente mesmo.

Também disse que não há uma negociação sobre um ministério específico e elogiou a gestão de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional.

- É um dos ministros mais admirados e conceituados dentro do Senado.

Passada a eleição no Congresso, Bolsonaro planeja uma **reforma ministerial** para as próximas semanas. Auxiliares do governo confirmaram ao GLOBO que devem receber indicações de Alcolumbre e de outros parlamentares. Bolsonaro, porém, ainda não bateu o martelo sobre qual será a nova configuração de seus ministérios.

**Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-distribuir-emendas-cargos-bolsonaro-cobra-fatura-ao-congresso-entenda-estrategia-24868441>**